

Projeto que dá mais poder ao credor em recuperação judicial é aprovado na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (26), o projeto que altera a lei de falências e amplia o poder dos credores em processos do tipo ou de recuperação judicial. Ele agora vai ao Senado.

A proposta inicial foi enviada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início do ano e é defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que chegou a afirmar, na época, que esses procedimentos são morosos, que os “credores tem pouca influência” e que “falta transparência”.

O objetivo central do projeto é dar maior celeridade a esses trâmites. Dentre seus principais pontos está a criação da figura do “gestor fidu-

ciário”, eleito por assembleia geral dos credores, que também devem deliberar sobre o plano de falência, mais amplo e detalhado do que o exigido atualmente.

A relatora, deputada Dani Cunha (União-RJ), chegou a apresentar uma versão do texto na última terça-feira (19) com diversas alterações -o que causou ruído com deputados e até com a Fazenda. Ela incluiu dispositivos que tratam de transações tributárias, o que não estava previsto na redação original entregue pelo Executivo.

Mesmo diante de diversas divergências, os deputados acabaram se vendo em um beco sem saída na quinta (21).

Como haviam aprovado um requerimento de urgência para o texto -dispositivo

que faz com que a proposta pule diversas etapas de tramitação e fique pronta para ser votada-, o projeto passou a trancar a pauta. Ou seja, enquanto não fosse votado, nenhum outro item poderia ser deliberado.

Por isso, os parlamentares se reuniram por diversas horas na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), desde a manhã daquela quinta até a parte da tarde, para tentar construir uma redação mais sólida.

O novo texto foi apresentado pela relatora minutos antes de sua leitura começar, mas uma série de parlamentares reclamaram que não houve o tempo devido para que fosse feita análise e debate apropriados.

João Gabriel/Folhapress



Economia



Incerteza requer flexibilidade e ritmo de cortes de juros pode ser mais lento, diz Copom em ata

Página - 03

Política

Haddad fala em rever projeções ‘modestas’ de crescimento neste ano

Página - 04

Governo vai exigir que montadoras invistam 1,8% da receita em pesquisa para aderirem ao Mover

Página - 04

Prévia da inflação oficial perde força em março e fica em 0,36%

Página - 03



Casas Bahia registra prejuízo de R\$ 1 bilhão no 4º trimestre de 2023

Página - 16



Remédios devem ter reajuste de 4,5% a partir de 1º de abril

Página - 16



No Mundo

Bombardeiros dos EUA testam defesa da Rússia no Ártico



Pela segunda vez na mesma semana, dois bombardeiros estratégicos dos Estados Unidos decolaram da Noruega para testar as defesas da Rússia no Círculo Polar Ártico, uma das novas fronteiras de atrito entre as potências nucleares.

Assim como no domingo (24), na terça (26) um caça MiG-31 foi acionado na região de Murmansk e interceptou dois bombardeiros B-1B que operam a partir da base de Kallax, no norte da Noruega. Os aviões americanos deram meia-volta sobre o mar de Barents, sem chegar a violar o espaço aéreo russo.

A missão dos bombardeiros, nos dois dias, foi apoiada

por três aviões-tanque e um de comunicações e espionagem. Ela ocorre após o fim do exercício Nordic Response 2024, da Otan [aliança militar liderada pelos EUA], que reuniu 20 mil soldados na Noruega.

O norte europeu e o Ártico são pontos agudos na disputa geopolítica entre Washington e Moscou. A entrada da Finlândia e da Suécia na Otan, provocada pela invasão russa da Ucrânia em 2022, disparou uma militarização da região.

Interceptações são bastante frequentes nas áreas tensas do mundo, seja o mar do Sul da China ou o Negro. Potências fazem testes mútuos acerca de sua capacidade e velocidade de reação ante a

ameaça a seu espaço aéreo. O risco, evidente, é o de esbarões indevidos e acidentes.

Mas duas ocorrências em sequência mostram um padrão de teste, e também um sinal dos EUA de que não deixarão o flanco norte da Otan desguarnecido. Desde que a Finlândia entrou na Otan, dobrando a fronteira da aliança com a Rússia, Moscou tem divulgado ameaças periódicas ao país nórdico --o Ministério da Defesa disse que irá posicionar tropas em armamentos antes inexistentes na região.

Os B-1B são aviões desenhados na Guerra Fria para penetração supersônica e ataque nuclear contra alvos da antiga União Soviética.

Igor Gielow/Folhapress

Governo Lula muda tom e critica bloqueio a candidata opositora na Venezuela

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mudou de tom e criticou pela primeira vez, na terça-feira (26), o bloqueio à candidatura de Corina Yoris, nome escolhido pela principal força de oposição contra o chavismo nas eleições de julho na Venezuela.

Em nota, o Itamaraty disse que “acompanha com expectativa e preocupação o desenrolar do processo eleitoral” no país, marcando uma inflexão na postura até então adotada por Lula em relação ao regime do ditador Nicolás Maduro, de preservar o aliado sul-americano.

Ao menos outros setes países da América Latina já haviam expressado “grave preocupação” com o impedimento da candidatura na segunda (25), em um comunicado conjunto de Argentina, Uruguai, Peru, Paraguai, Costa Rica, Equador e Guatemala. O Brasil decidiu aguardar o prazo eleitoral se encerrar.

A coalizão Plataforma Unitária desejava registrar como candidata a professora universitária Corina Yoris. Ela foi indicada como substituta de María Corina Machado, inabilitada para exercer cargos públicos por 15 anos, apesar de ter vencido com folga as primárias da oposição no ano passado e ser favorita nas pesquisas.

Mas a coalizão denunciou nesta segunda que foi impedida de incluir Yoris na disputa. “Fizemos todas as tentativas de inserir os dados e o sistema está completamente fechado para poder entrar digitalmente”, afirmou ela em entrevista coletiva a horas do fim do prazo para as inscrições.

O ministério das Relações Exteriores afirmou que a candidata, “sobre a qual não pairavam decisões judiciais, foi impedida de registrar-se, o que não é compatível com os acordos de Barbados. O impedimento não foi, até o momento, objeto de qualquer explicação oficial.”

Folhapress

Ponte desaba após colisão de navio em Baltimore, e há seis desaparecidos



A Guarda Costeira busca sobreviventes com barcos e helicópteros, e oito equipes de mergulho estão na água. No local do acidente, o rio chega a 15 metros de profundidade.

A ponte Francis Scott Key atravessa o rio Patapsco, que deságua na baía de Chesapeake, onde fica o porto de Baltimore, no estado da costa leste americana Maryland.

O navio de carga Dali, com bandeira de Singapura, saiu de Baltimore no início da madrugada com destino a Colombo, no Sri Lanka. A colisão ocorreu por volta da 1h30 local (2h30 de Brasília).

O Dali estava fretado pela empresa de navegação Maersk no momento do incidente. “Estamos horrorizados com o que aconteceu em Baltimore, e nossos pensamentos estão com todos os afetados”, afirmou a companhia dinamarquesa.

Em um comunicado, a Synergy Marine Group, que operava o navio, afirmou que todos os membros da tripulação foram localizados e nenhum está ferido. A causa da colisão ainda não foi determinada.

Segundo o jornal New York Times, uma inspeção no Dali no ano passado identificou uma deficiência relacio-

nada a “máquinas de propulsão e auxiliares” que citava medidores e termômetros. A fiscalização foi realizada no dia 27 de junho no porto de San Antonio, no Chile, de acordo com o banco de dados Equasis.

Em entrevista coletiva, o governador de Maryland, Wes Moore, afirmou que o navio perdeu a energia após sair do porto e a tripulação conseguiu notificar autoridades, que impediram o fluxo no local no momento do acidente. “Eles são heróis, salvaram vidas”, disse ele. Segundo o político, a ponte não apresentava problemas estruturais.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Incerteza requer flexibilidade e ritmo de cortes de juros pode ser mais lento, diz Copom em ata



A incerteza sobre a velocidade do processo de queda da inflação requer mais flexibilidade e, na avaliação de alguns membros do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, ela pode levar a um ritmo de corte de juros mais lento à frente, conforme ata divulgada na terça-feira (26).

O comitê, contudo, pondera que seria um “equivoco” entender a alteração na comunicação sobre os passos futuros da Selic como uma sinalização de mudança no ciclo fechado da política de juros.

O colegiado do BC vê como apropriado aumentar seu grau de liberdade diante da maior incerteza nos ambientes internacional e do-

méstico, embora o cenário-base trabalhado pelo comitê não tenha sido alterado significativamente entre os encontros de janeiro e março.

Para parte do Copom, se essa incerteza permanecer elevada adiante, uma desaceleração no ritmo de cortes de juros pode ser apropriada, qualquer que seja o patamar da Selic ao término do ciclo de flexibilização.

“O cenário-base não se alterou substancialmente, mas, com as incertezas do cenário, julgou-se apropriado ter maior flexibilidade de política monetária. Ainda que a comunicação já contivesse uma condicionalidade embutida, avaliou-se que não trazia a flexibilidade requerida”, disse.

No comunicado divulgado logo após a decisão, na semana passada, o comitê deixou de se comprometer com novos cortes da mesma magnitude (0,5 ponto percentual) “nas próximas reuniões” e abandonou o plural no texto, sinalizando uma redução da mesma intensidade apenas no próximo encontro, em maio.

“Tal alteração reflete tão somente uma análise de custo-benefício da utilização desse instrumento adicional de política monetária. Por fim, reforçou-se que seria um equivoco interpretar a mudança na sinalização futura como uma indicação de alteração do ciclo de política monetária compatível com o cenário-base”, acrescentou.

Nathalia Garcia/Folhapress

Prévia da inflação oficial perde força em março e fica em 0,36%



O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla 15 (IPCA-15), conhecido como prévia da inflação oficial, perdeu força no mês de março e ficou em 0,36%. Isso representa menos da metade do apurado em fevereiro (0,78%). Os preços de alimentos e a gasolina foram os que mais pressionaram o índice. O dado foi divulgado na terça-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado fica abaixo também de março de 2023, quando somou 0,69%. Em 12 meses, o IPCA-15 acumula 4,14%, abaixo dos 4,49% observados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Novos empregos: entenda impacto na economia e consumo dos brasileiros

Nos últimos dias a imprensa veiculou inúmeras notícias que mostram uma infinidade de números sobre a economia brasileira, mais empregos, maior consumo. O Ministério do Trabalho anunciou, por exemplo, que o mês de janeiro registrou saldo positivo de 180.395 empregos com carteira assinada. Foram 2.067.817 admissões, que representaram crescimento de 0,39% em relação ao número de empregos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de dezembro de 2023.

Só no estado de São Paulo, o mercado de trabalho do setor de serviços gerou 230% mais vagas em janeiro deste ano do que no mesmo período de 2023, segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Foram cerca de 13,6 mil novos postos de trabalho a mais no mês na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

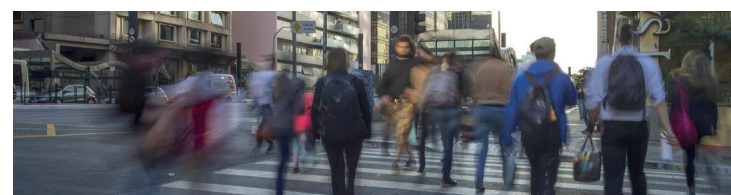
No comércio paulista, o volume de vendas aumentou mais de 10% no mês em relação a janeiro de 2023, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Insti-

tuto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os serviços, por sua vez, não apenas cresceram como também indicaram uma tendência que pode permanecer ao longo de 2024, já que eles vêm de uma alta de 3,3% no faturamento em relação ao mesmo mês do ano anterior, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), da mesma instituição.

Os segmentos que ajudaram os serviços a crescer em janeiro, revela a FecomercioSP, foram os de educação, com 8,2 mil novos postos de trabalho, atividades técnicas e científicas, como contabilidade, consultoria, engenharia e arquitetura (3,3 mil) e de saúde e serviços sociais (3,2 mil).

“Emprego é a principal engrenagem da economia. Com mais dinheiro no bolso o brasileiro endividado paga suas contas e reestabelece o crédito. Quem não está endividado passa a consumir mais. Com mais consumo, a indústria e o varejo contratam mais, criando um cenário para reestabelecemos o círculo virtuoso da economia”, explica Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, que analisa o cenário macroeconômico.

Eduardo Reina/ABR



Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, cinco registraram alta em março, com destaque para alimentação e bebidas, que subiu 0,91%. Isso representou impacto de 0,19 ponto percentual, ou seja, praticamente metade da prévia inflacionária de março.

Dentro desse grupo, a alimentação no domicílio subiu 1,04% em março. Contribuíram para as altas a cebola (16,64%), o ovo de galinha (6,24%), as frutas (5,81%) e o leite longa vida (3,66%). Outros itens apresentaram queda, como a batata inglesa (-9,87%), cenoura (-6,10%) e o óleo de soja (-3,19%).

A alimentação fora do domicílio acelerou 0,59% em re-

lação a fevereiro (0,48%), em virtude da alta mais intensa da refeição (de 0,35% em fevereiro para 0,76% em março).

O grupo transportes teve aceleração de 0,43%, influenciado principalmente pelo aumento de 2,39% no preço da gasolina. Sendo o produto com maior peso na cesta de consumo dos brasileiros, a gasolina acabou representando também o maior impacto individual na prévia inflacionária de março, respondendo por 0,12 ponto percentual do índice.

Em relação a outros combustíveis, houve alta no preço do etanol (4,27%), enquanto o gás veicular (-2,07%) e o óleo diesel (-0,15%) registraram queda.

Bruno de Freitas Moura/ABR

Política

Haddad fala em rever projeções 'modestas' de crescimento neste ano



O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse na terça-feira (26) que a equipe econômica pode rever as projeções de crescimento do PIB para cima.

A declaração foi dada durante cerimônia de assinatura de ato do programa Mobilidade Verde, o Mover, e do decreto que regulamentava a lei de debêntures.

"Acredito que com inflação controlada, taxa de juros declinante, recorde de empregos vai anunciar nos próximos números do Caged, superávit na conta externa do Brasil, balança comercial bateu recorde no ano passado, os dois primeiros meses deste ano foram muito interessantes e promissores", disse o ministro.

"Talvez a área econômica já tenha que rever as projeções modestas de crescimento de PIB deste ano, como aconteceu ano passado. E que o mercado achava que era menos que 1[%], nós achávamos que era 2[%], e batemos quase 3% de crescimento. Podemos repetir eventualmente bom desempenho da economia ano passado com inflação na meta, gerando emprego", completou.

A SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Fazenda, no último dia 21, manteve sua estimativa para o crescimento do PIB de 2024 em 2,2%.

Apesar de não haver alteração no cenário agregado, o órgão demonstrou otimismo, ao indicar uma mudança nos fatores que devem puxar esse

desempenho da economia brasileira.

Enquanto a redução nos prognósticos de safra para 2024 levaram à revisão negativa do PIB agropecuário, o governo vê indícios de que indústria e serviços exibirão dinâmica mais pujante no ano.

A expectativa é de que o PIB da indústria cresça 2,5%, e o PIB de serviços, 2,4%. No último boletim, divulgado em novembro de 2023, essas estimativas eram de 2,4% e 2,2%, respectivamente.

Segundo a SPE, a redução da taxa básica de juros, a Selic, e as medidas de estímulo ao crédito e à compra de máquinas e equipamentos (por meio da chamada depreciação acelerada) devem ajudar a impulsionar a indústria de transformação.

Podia estar muito bem em outro país, disse Bolsonaro em meio ao cerco da PF

Desde que passou à mira da Justiça após perder as eleições de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem insinuado que sair do país poderia ser uma opção, mas que tal iniciativa estaria descartada por ora.

"Podia estar muito bem em outro país. Preferi voltar para cá [Brasil] com todos os riscos que corro. Não tenho medo de qualquer julgamento, desde que os juízes sejam isentos", disse dias atrás, em recado ao STF, que concentra inquéritos contra ele e seus aliados.

Na segunda-feira (25), Bolsonaro disse em discurso em São Paulo que frequenta embaixadas pelo país, conversa com embaixadores e mantém relações com chefes de Estado.

"Muitas vezes esse chefe [de Estado] liga para mim, para que eu possa prestar informações precisas sobre o que acontece no Brasil", afirmou o ex-presidente em

evento do PL, seu partido, na capital paulista. "Temos boas relações internacionais, como até hoje mantenho relação com alguns chefes de Estado pelo mundo. Frequento embaixadas pelo Brasil, converso com embaixadores. Tenho passaporte retido, se não estaria com [os governadores] Tarcísio [de Freitas] e [Ronaldo] Caiado em viagem a Israel", completou.

A declaração de Bolsonaro foi dada momentos após a Polícia Federal ter decidido investigar a informação de que o ex-presidente permaneceu na embaixada da Hungria, em Brasília, por dois dias após uma operação da PF que apreendeu seu passaporte.

A notícia sobre a permanência na embaixada da Hungria foi revelada na segunda-feira (25) pelo New York Times. De acordo com o jornal, vídeos do sistema de segurança mostram Bolsonaro em frente à missão diplomática no dia 12 de fevereiro.

Folhapress



Governo vai exigir que montadoras invistam 1,8% da receita em pesquisa para aderirem ao Mover



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assina, na terça-feira (26), uma portaria com requisitos para habilitar empresas ao programa Mobilidade Verde, o Mover, com a exigência de que montadoras de carros leves invistam ao menos 1,8% de suas receitas em pesquisa e desenvolvimento, a partir de 2029.

O texto, ao qual a Folha teve acesso, será assinado pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e deve ser publicado em edição extra do Diário Oficial da União ainda na terça.

O evento contou com a presença de Lula, Alckmin,

do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da ministra da Ciência, Luciana Santos, do ministro da Casa Civil, Rui Costa, além de representantes do setor automotivo e dos biocombustíveis.

O Mover cria linha de crédito especial para empresas do setor de mobilidade e logística, com a contrapartida de investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para o setor.

Segundo Geraldo Alckmin, a expectativa é de que o programa aumente de 1,2 milhão para 1,5 milhão o número de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor automotivo no Brasil.

Pela norma do governo, as empresas de veículos comerciais leves que aderirem

ao programa devem direcionar, a partir de 2024, 1% de suas receitas brutas excluindo impostos sobre a venda para a área de pesquisas. Esse percentual sobe gradualmente, até chegar a 1,8% em 2029.

Essa taxa vai de 0,6% a 1% para as empresas de caminhões, ônibus e maquinários, e de 0,3% a 1% para o setor de autopeças, sistemas e soluções estratégicas.

O governo também determinou as condições para que as empresas sejam habilitadas no programa. Além do investimento mínimo, também será necessário ser tributada em regime de lucro real, ter centro de custo específico para desenvolvimento e pesquisa e "estar regular quanto aos tributos federais".

Folhapress



Pet Center Comércio e Participações S.A.
CNPJ nº 18.328.118/0001-09
Companhia Aberta



Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.509	172.929	56.225	185.411	Fornecedores	12	388.936	334.361	409.066	366.585
Aplicações financeiras	4	370.230	-	370.230	-	Emprést., financiamentos e debêntures	15	37.721	74.948	47.023	86.269
Contas a receber	5	324.397	306.494	364.273	328.299	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	79.502	69.013	84.560	76.078
Estoques	6	420.104	386.675	441.509	428.092	Obrigações tributárias	14	41.662	31.975	51.543	39.010
Impostos e contribuições a recuperar	7	99.614	92.346	115.092	118.407	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	-	384	660	3.978
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	4.514	2.801	4.706	2.805	Arrendamento a pagar	23	132.401	120.001	134.704	123.626
Outros créditos		25.287	25.063	26.622	26.218	Contas a pagar		23.332	13.437	24.113	13.701
Total do ativo circulante		1.295.655	986.308	1.378.657	1.089.232	Dividendos a pagar		3.905	12.027	3.905	12.027
Não circulante						Contas a pagar pela aquisição de controladas	9	3.516	11.297	3.517	12.798
Outros créditos	17	28.735	23.088	36.564	28.743	Programa de fidelização	16	929	3.141	929	3.141
Impostos e contribuições a recuperar	7	39.683	22.797	39.683	22.797	Total do passivo circulante		711.904	670.584	760.020	737.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	74.731	56.171	74.731	56.470	Não circulante					
Investimentos	9	648.294	661.927	-	-	Contas a pagar		-	-	3.280	1.043
Imobilizável	10	1.675.414	1.690.894	1.714.769	1.744.660	Emprést., financiamentos e debêntures	15	385.120	23.171	387.685	26.832
Intangível	11	163.828	110.975	751.007	705.227	Instrumentos derivativos	15	14.936	-	14.936	-
Total do ativo não circulante		2.630.685	2.565.852	2.616.754	2.557.897	Arrendamento a pagar	23	901.956	928.656	903.841	938.586
Total do ativo		3.926.340	3.552.160	3.995.411	3.647.129	Contas a pagar pela aquisição de controladas	9	101.251	86.789	101.251	86.789
						Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	2.280	2.388	15.505	16.094
						Total do passivo não circulante		1.405.543	1.041.004	1.426.498	1.069.344
						Total passivo		2.117.447	1.711.588	2.186.518	1.806.557
						Patrimônio líquido					
						Capital social	18.1	1.725.427	1.724.444	1.725.427	1.724.444
						Reserva de capital	18.2	39.505	39.505	39.505	39.505
						Reserva para opção outorgadas	18.4	58.984	41.675	58.984	41.675
						Ações em tesouraria	18.5	(62.068)	-	(62.068)	-
						Reserva especial de ágio		24.825	24.825	24.825	24.825
						Ajuste de avaliação patrimonial		(129.594)	(129.594)	(129.594)	(129.594)
						Reserva de lucros		151.814	139.717	151.814	139.717
						Lucros acumulados		-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		1.808.893	1.840.572	1.808.893	1.840.572
						Total do passivo e do patrimônio líquido		3.926.340	3.552.160	3.995.411	3.647.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)					
Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	20	3.013.936	2.645.576	3.173.241	2.834.533
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	21	(1.625.506)	(1.399.658)	(1.691.453)	(1.483.961)
Lucro bruto		1.388.430	1.245.918	1.481.788	1.350.572
Despesas operacionais					
Com vendas	21	(919.626)	(790.685)	(966.467)	(847.683)
Gerais e administrativas	21	(269.936)	(231.564)	(337.027)	(301.661)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(45.515)	(68.195)	(50.207)	(65.558)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(32.675)	(26.674)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		120.678	128.800	128.087	135.670
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	80.541	60.157	83.180	64.334
Despesas financeiras	22	(177.315)	(118.539)	(184.758)	(125.565)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		23.904	70.418	26.509	74.439
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(26.115)	(36.712)	(28.720)	(40.733)
Diferido	8	(18.560)	(16.884)	(18.560)	(16.884)
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		(7.555)	(19.828)	(10.160)	(23.849)
Diluído	25	0,03536	0,10983	0,03536	0,10983
	25	0,03536	0,10983	0,03536	0,10983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)					
Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		16.349	50.590	16.349	50.590
Resultado abrangente total do exercício		16.349	50.590	16.349	50.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)												
Subscrito e integralizado	Nota	Capital social		Reservas de Capital		Reserva para opções outorgadas	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva de ágio de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros							
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.578.065	24.825	39.505	14.856	9.522	92.483	-	-	(145.045)	-	-1.759.256
Deságio na emissão de ações		145.045	-	-	-	-	-	-	-	(145.045)	-	-
Aumento de capital		1.205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.205
Aumento de capital através de transferência de ações na aquisição da controlada petix		129	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129
Ágio na emissão de ações		-	-	-	-	-	-	-	-	16.260	-	16.260
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	26.819	-	-	-	-	-	-	26.819
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.590	50.590
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal		-	-	-	-	2.530	-	-	-	(2.530)	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.878)	(4.878)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	35.182	-	(35.182)	-	-
Variação cambial na conversão de controladas		-	-	-	-	-	-	-	(809)	-	(809)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.724.444	24.825	39.505	41.675	12.052	127.665	(129.594)	-	(129.594)	-	-1.840.572
Aumento de capital	18.1	983	-	-	-	-	-	-	-	-	983	983
Ações próprias adquiridas	18.5	-	-	-	(62.068)	-	-	-	-	-	(62.068)	-
Opções outorgadas reconhecidas	18.4	-	-	-	17.309	-	-	-	-	-	17.309	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.349	16.349
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal		-	-	-	-	817	-	-	-	(817)	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.252)	(1.252)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	11.280	-	(11.280)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.725.427	24.825	39.505	58.984	(62.068)	12.869	138.945	(129.594)	-	-	-1.808.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)					
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas					
Vendas de mercadorias e serviços	20	3.556.601	3.120.255	3.786.594	3.420.733
Outras receitas		3.305	2.633	5.680	5.579
Receitas totais		3.559.906	3.122.888	3.792.274	3.426.312
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(1.939.945)	(1.717.968)	(2.005.768)	(1.855.553)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(429.646)	(374.993)	(501.557)	(459.350)
Depreciação e amortização	10, 11 e 23	(2.369.591)	(2.092.961)	(2.507.325)	(2.314.903)
Valor adicionado bruto		1.190.315	1.029.927	1.284.949	1.111.403
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade		880.352	773.274	962.013	844.339
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(32.675)	(26.674)	-	-
Receitas financeiras	22	80.541	60.157	83.180	64.333
Valor adicionado total a distribuir		928.218	806.757	1.045.193	908.672
Distribuição do valor adicionado Pessoal:					
Remuneração direta		302.453	277.013	330.369	307.481
Benefícios		73.006	59.106	76.873	63.968
Fgts		27.659	23.683	28.356	25.050
Pagamentos baseados em ações	21	17.309	26.819	17.309	26.819
Impostos, taxas e contribuições:					
Estaduais		160.447	107.128	203.538	140.986
Municipais		3.967	4.169	5.045	5.765
Federais:					
Indiretos		129.133	106.926	158.578	126.600
Imposto de renda e contribuição social		7.555	19.828	10.160	23.849
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	22	177.315	118.539	184.758	124.252
Aluguéis		13.025	12.956	13.858	13.312
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos a distribuir		4.252	12.878	4.252	12.878
Lucros retidos do exercício		12.097	37.712	12.097	37.712
Valor adicionado distribuído		16.349	50.590	16.349	50.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. ("Cão Cidadão"): Plataforma de adestramento e de prestação de serviços de consultoria sobre comportamento e bem-estar dos pets, atuando principalmente através da capacitação treinadores franqueados. **Zee Dog S.A. ("Zee.Dog"):** Plataforma pet que atua em (i) "branding", produto e tecnologia, (ii) diversificação de canais, (iii) presença global e (iv) time de empreendedores com mindset de inovação, atuando principalmente com a criação e venda de produtos exclusivos e diferenciados para o mercado pet e venda de produtos através de seu aplicativo de entregas Zee.Now, exclusivo para o segmento. **Selected Participações S.A. ("Petix"):** Empresa que atua principalmente com a industrialização e comercialização de tapetes higiênicos no mercado Pet, sendo sua principal marca SuperSecão.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OPCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de março de 2024 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurado pelo valor justo; • Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **2.3. Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar tanto o exercício corrente presente quanto os exercícios futuros. As principais estimativas e julgamentos aplicados pela Administração estão divulgados nas seguintes notas explicativas:

Estimativa
 Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa 5
 Perda estimada em estoque 6
 Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos 8
 Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios 9
 Análise do valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado e do ativo intangível 10 e 11
 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários 17
 Direito de uso locação de imóveis (Arrendamento - CPC 06 (R2)/IFRS 16) 23
2.6. Políticas contábeis: As principais políticas e práticas contábeis usadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas abaixo e nas respectivas notas explicativas, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios. **2.6.1. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), que, no caso da Companhia, representam cada uma de suas lojas. A Companhia não identificou fatores internos e externos que levassem à necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.6.2. Consolidação:** As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas diretas. As informações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas em 31 de dezembro de 2023. A Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida, ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de conduzir as atividades da investida. • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida. • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre empresas do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas informações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. Novas Normas e Interpretação ainda não Efetivas

Não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente das seguintes normas novas e alteradas: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

4.1. Política contábil: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas que possuem data de vencimento superior a 90 dias ou que foram oferecidos como garantia. **4.2. Composição de caixa e equivalente de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	11.675	13.522	13.418	25.479
Aplicações financeiras (*)	39.834	159.407	42.807	159.932
Total	51.509	172.929	56.225	185.411

(*) Representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e remunerados a uma taxa média de 102,3% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,7% em 31 de dezembro de 2022). **4.3. Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	370.230	-	370.230	-
Total	370.230	-	370.230	-

5. Contas a Receber

5.1. Política contábil: As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. As vendas efetuadas pela Companhia são substancialmente à vista e podem ser parceladas pelos clientes em até dez vezes por meio dos cartões de crédito conveniados, sendo o preço praticado nas vendas a prazo o mesmo praticado nas vendas à vista. **5.2. Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Operadoras de cartões (*)	316.883	292.856	317.552	299.127
Contas a receber com partes relacionadas	-	10.501	-	-
Duplicatas a receber	7.514	3.137	46.721	29.172
Total	324.397	306.494	364.273	328.299

Pet Center Comércio e Participações S.A.

(*) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas. O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões, é de 33 dias em 31 de dezembro de 2023 (35 dias em 31 de dezembro de 2022). A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos a receber, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Vencidos (*)	1.079	873	1.079	713
A vencer:				
De 1 a 30 dias	215.909	193.927	251.855	218.751
De 31 a 60 dias	63.178	68.291	66.833	64.284
De 61 a 90 dias	25.586	25.207	25.850	26.355
Acima de 90 dias	18.645	18.196	18.656	18.196
Total	324.397	306.494	364.273	328.299

(*) Líquido de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$452 em 31 de dezembro de 2023 (R\$347 em 31 de dezembro de 2022).

6. Estoques

6.1. Política contábil: Registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas na data das transações quando aplicável, incluindo a análise de produtos vencidos, provisão de obsolescência para itens sem giro há mais de 180 dias e provisão de avarias identificadas, mas ainda não baixadas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mercadorias para revenda	418.266	384.514	439.983	426.115
Adiantamento de importação	2.179	2.569	2.179	2.569
Outros	71	136	71	136
420.516	387.219	442.233	428.820	
(412)	(544)	(724)	(728)	
Total	420.104	386.675	441.509	428.092

6.3. Perdas estimadas em estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	(544)	(403)	(728)	(763)
(Adição)/reversão da provisão, líquido	132	(141)	4	(35)
Saldo no fim do exercício	(412)	(544)	(724)	(728)

7. Impostos e Contribuições a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária ICMS ST (a)	126.520	101.699	132.286	101.699
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	892	1.027	2.211	15.787
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	366	4.826	4.389
Outros	11.885	12.051	15.452	19.329
Total	139.297	115.143	154.775	141.204
Circulante	106.029	92.346	121.507	118.407
Não circulante	33.268	22.797	33.268	22.797
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.514	2.801	4.706	2.805

(a) Refere-se a créditos de ICMS-ST relacionados a CAT 42, os quais são realizados em um período médio de 14 meses.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social

8.1. Política contábil: A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a de CSLL é de 9% sobre o lucro tributável, conforme legislação tributária vigente. **Impostos diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. **8.2. Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ	133.673	133.673	104.981	104.981
CSLL	22.079	22.079	11.764	11.764
Programa de fidelização - "Vale a Pena Ser Fiel"	929	929	3.141	3.141
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.280	2.280	2.388	2.388
Provisão para perdas nos estoques	412	412	544	544
Plano de opção de compra de ações	58.984	58.984	41.675	41.675
Provisão de parcela a pagar referente às adquiridas	12.291	12.291	6.145	6.145
Ajuste a valor justo de provisão de parcelas a pagar referentes às adquiridas	(16.514)	(16.514)	(14.212)	(14.212)
Outras diferenças temporárias	5.663	5.663	8.780	8.780
Total	219.797	219.797	165.206	165.206
Alíquotas nominais ponderadas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	54.949	19.782	41.302	14.869
Total	74.731	56.171	74.731	56.171

8.3. Análise da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social: A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.904	70.418	23.904	70.418
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(8.127)	(23.942)	(8.127)	(23.942)
Diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(11.110)	(9.069)	(11.110)	(9.069)
Juros sobre capital próprio	1.020	2.720	1.020	2.720
Lei do Bem	11.867	10.679	11.867	10.679
Outras adições e exclusões, líquidas	(1.205)	(216)	(1.205)	(216)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(7.555)	(19.828)	(7.555)	(19.828)
Corrente	(26.115)	(36.712)	(26.115)	(36.712)
Diferido	18.560	16.884	18.560	16.884
Total	(7.555)	(19.828)	(7.555)	(19.828)
Alíquota efetiva	31,6%	28,2%	31,6%	28,2%

A despesa de imposto de renda e contribuição social consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$10.160 (R\$23.849 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), e é composta por R\$7.555 de despesa da controladora (R\$19.828 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), conforme conciliação acima, R\$5 de despesa da controlada Cão Cidadão (R\$91 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), que foi apurada pelo método do lucro presumido, e R\$2.520 da controlada Petix (R\$3.930 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), que foi apurada pelo método do lucro real.

9. Investimentos

9.1. Política contábil: Investimentos em controladas: Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, a partir da data de controle. **Combinação de negócios:** As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método da aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data da aquisição, em relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data da aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: • Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro e IAS 19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados, respectivamente. • Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseados em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida, são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 - R1) - Pagamentos Baseados em Ações, na data da aquisição. • Ativos classificados como mantidos para venda conforme IFRS 5 (CPC 31) - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme essa norma. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver) sobre os valores líquidos na data da aquisição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos

identificáveis na data da aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho por compra vantajosa. Quando a contraprestação transferida em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, essa contraprestação é mensurada pelo valor justo na data da aquisição e incluída no valor da contraprestação transferida. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com reflexos na apuração do ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (não superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do "período de mensuração" depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente líquida é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado. Nas combinações de negócios realizadas em etapas, a participação anteriormente detida na entidade adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecido em "outros resultados abrangentes", são reclassificados no resultado, na mesma medida em que esse tratamento seja adequado, caso essa participação tivesse sido alienada. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o "período de mensuração" ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **Ágio:** O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável anualmente alocando-o a cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuído do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo na alienação. Os ágios resultantes das aquisições são atribuídos às sinergias esperadas na integração das entidades aos negócios existentes da Companhia, bem como ampliação dos negócios do mercado endereçável da Companhia. Espera-se que o ágio seja dedutível para fins do imposto de renda mediante a incorporação da controlada no futuro, visto que as transações foram realizadas no Brasil e os laudos serão protocolados na Junta Comercial para cumprimento dos requerimentos para dedutibilidade da despesa de amortização de ágio gerada nas transações. Nas informações financeiras consolidadas, os saldos dos ágios e ativos intangíveis são apresentados na rubrica ativo intangível. **9.2 Movimentação dos investimentos:**

	Saldo em Aportes de Equivalência			Saldo em	
	2022	capital	patrimonial	Incorporação	2023
CDSG	5.982	-	(114)	-	(5.868)
Cão Cidadão	32.755	-	(594)	-	32.161
Zee.Dog	546.508	24.315	(28.338)	-	542.485
Petix	76.682	595	(3.629)	-	73.648
Total	661.927	24.910	(32.675)	(5.868)	648.294

9.3. Informações financeiras das controladas:

	Cão				Zee.Dog		Petix		Total	
	CDSG (1)	Cidadão	Zee.Dog	Petix	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Participação no capital %	-	100%	100%	100%	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	(114)	58.037	44.835	102.758	-	-	-	-	-
Total de ativos	-	328	89.015	75.107	164.450	-	-	-	-	-
Total de passivo	-	442	30.978	30.272	61.692	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(114) </									

continuação

Pet Center Comércio e Participações S.A.

estão sujeitas ao atingimento de resultados futuros pela Petix e foram avaliadas de acordo com as projeções realizadas pela Companhia, bem como os termos e fórmulas definidas no contrato. **9.6. Determinação do valor recuperável:** Para determinação do valor recuperável das empresas adquiridas, fizemos projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O valor recuperável de cada UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. O valor contábil das UGCs analisadas era menor que os seus respectivos valores recuperáveis e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi necessário. As seguintes premissas foram consideradas para cada empresa: **CDSG:** i. Receitas projetadas de 2024 a 2032, considerando crescimento histórico das vendas, crescimento por inflação e o incremento a partir do plano de distribuição dos produtos da CDSG em toda a rede de lojas Petz no Brasil, além de integração nos canais digitais da Companhia ii. Custos e despesas projetadas para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas com a Controladora iii. Taxa de desconto de 15,71% ao ano **Cão Cidadão:** i. Receitas projetadas de 2024 a 2032, considerando crescimento histórico das receitas com treinadores franqueados, crescimento por inflação e o incremento a partir do plano de lançamento de novos serviços, integrados com o ecossistema do Grupo ii. Custos e despesas projetadas para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com a dinâmica dos serviços prestados e buscando sinergia das despesas com a Controladora iii. Taxa de desconto de 13,85% ao ano **Zee.Dog:** i. Receitas projetadas de 2024 a 2032, considerando crescimento histórico das vendas, crescimento por inflação e o incremento a partir do plano de integração das operações da Zee.Dog nos canais digitais da Petz, com o aproveitamento de toda a plataforma de omnicanalidade já existente em toda a rede de lojas Petz no Brasil ii. Custos e despesas projetadas para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com a dinâmica das lojas e plataforma de omnicanalidade, buscando

sinergia das despesas com a Controladora iii. Taxa de desconto de 13,6% ao ano **Petix:** i. Receitas projetadas de 2024 a 2029, considerando crescimento histórico das vendas, crescimento por inflação e o incremento a partir do crescimento esperado no mercado pet e do consumo de tapetes higiênicos ii. Custos e despesas projetadas para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com a dinâmica da indústria e margens históricas iii. Taxa de desconto de 13,3% ao ano

10. Imobilizado

10.1. Política contábil: Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, de perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início da utilização dos ativos, exceto para o caso dos ativos de direito de uso locação de imóveis, cuja depreciação inicia a partir do início de vigência do contrato, o que pode ocorrer antes da inauguração da loja. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme as taxas demonstradas no quadro abaixo. A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **Vida útil dos bens do imobilizado:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente nas datas dos balanços. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente. **Avaliação do valor recuperável:** Os testes de recuperação são realizados anualmente conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.1 das demonstrações financeiras.

11. Intangível

11.1. Política contábil: Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme as taxas demonstradas no quadro abaixo. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **11.2. Composição:**

10.2. Composição:

	Controladora						
	Taxa média anual de depreciação %	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	873.809	(305.361)	568.448	762.977	(229.535)	533.442
Móveis e utensílios	10	173.101	(57.150)	115.951	158.401	(41.445)	116.956
Máquinas e equipamentos	10	105.590	(33.059)	72.531	91.438	(23.840)	67.598
Veículos	20	1.035	(1.035)	-	1.035	(1.031)	4
Instalações	20	1.325	(1.267)	58	1.325	(1.007)	318
Equipamentos de informática	20	53.367	(34.741)	18.626	49.297	(25.917)	23.380
Direito de uso locação de imóveis	(a)	1.435.132	(547.728)	887.404	1.322.576	(391.636)	930.940
Adiantamento a fornecedores		12.396	-	12.396	18.256	-	18.256
Total		2.655.755	(980.341)	1.675.414	2.405.305	(714.411)	1.690.894

(a) A depreciação é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 2 a 21 anos.

	Consolidado						
	Taxa média anual de depreciação %	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	883.602	(307.110)	576.492	774.011	(231.030)	542.981
Móveis e utensílios	10	176.471	(58.462)	118.009	161.947	(42.198)	119.749
Máquinas e equipamentos	10	139.779	(41.520)	98.259	124.209	(28.979)	95.230
Veículos	20	1.035	(1.035)	-	1.035	(1.031)	4
Instalações	20	1.325	(1.267)	58	1.325	(1.007)	318
Equipamentos de informática	20	55.053	(35.709)	19.344	50.825	(26.663)	24.162
Direito de uso locação de imóveis	(a)	1.449.061	(558.850)	890.211	1.348.546	(404.586)	943.960
Adiantamento a fornecedores		12.396	-	12.396	18.256	-	18.256
Total		2.718.722	(1.003.953)	1.714.769	2.480.154	(735.494)	1.744.660

(a) A depreciação é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 2 a 21 anos.

10.3. Movimentação do imobilizado:

Custo:	Controladora					Consolidado				
	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Incorporações (1)	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências das controladas	Saldo em 2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	762.977	118.542	(11.826)	3.561	555	873.809				873.809
Móveis e utensílios	158.401	11.970	(52)	2.697	85	173.101				173.101
Máquinas e equipamentos	91.438	13.826	(30)	330	26	105.590				105.590
Veículos	1.035	-	-	-	-	1.035				1.035
Instalações	1.325	-	-	-	-	1.325				1.325
Equipamentos de informática	49.297	4.071	(12)	11	-	53.367				53.367
Direito de uso locação de imóveis	1.322.576	138.865	(26.309)	-	-	1.435.132				1.435.132
Adiantamento a fornecedores	18.256	739	(6.599)	-	-	12.396				12.396
Total do custo	2.405.305	288.013	(38.229)	-	666	2.655.755				2.655.755
Depreciação:										
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(229.535)	(84.412)	8.648	(62)	(305.361)					
Móveis e utensílios	(41.445)	(15.705)	9	(9)	(57.150)					
Máquinas e equipamentos	(23.840)	(9.232)	16	(3)	(33.059)					
Veículos	(1.031)	(4)	-	-	(1.035)					
Instalações	(1.007)	(261)	1	-	(1.267)					
Equipamentos de informática	(25.917)	(8.824)	-	-	(34.741)					
Direito de uso locação de imóveis	(391.636)	(156.092)	-	-	(547.728)					
Total da depreciação	(714.411)	(274.530)	8.674	(74)	(980.341)					
Total do imobilizado	1.690.894	13.483	(29.555)	-	592	1.675.414				1.675.414

(1) Referem-se aos saldos do CDSG, empresa incorporada em 24 de abril de 2023.

Custo:	Controladora					Consolidado				
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Reclassificação (2)	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Reclassificação das controladas	Saldo em 2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	577.967	185.432	(422)	-	762.977	576.492	186.688	(422)	(102)	774.011
Móveis e utensílios	109.192	49.451	(242)	-	158.401	111.410	50.071	(242)	-	161.947
Máquinas e equipamentos	65.199	26.483	(244)	-	91.438	98.259	(807)	-	(2)	124.209
Veículos	955	80	-	-	1.035	71.119	44.277	(807)	-	124.209
Instalações	1.221	104	-	-	1.325	955	80	-	-	1.035
Equipamentos de informática	35.841	13.526	(70)	-	49.297	1.221	104	-	-	1.325
Direito de uso locação de imóveis	1.040.757	262.747	(1.522)	20.594	1.322.576	36.828	13.944	(70)	(13)	50.825
Adiantamento	13.380	4.876	-	-	18.256	1.064.183	266.670	(2.936)	35	1.348.546
Total do custo	1.844.512	542.699	(2.500)	20.594	2.405.305	1.885.447	566.710	(4.477)	(82)	2.480.154
Depreciação:										
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(162.290)	(67.476)	231	-	(229.535)	586.351	186.688	(422)	(102)	774.011
Móveis e utensílios	(28.152)	(13.295)	2	-	(41.445)	111.410	50.071	(242)	-	161.947
Máquinas e equipamentos	(16.304)	(7.607)	71	-	(23.840)	98.259	(807)	-	(2)	124.209
Veículos	(895)	(136)	-	-	(1.031)	71.119	44.277	(807)	-	124.209
Instalações	(735)	(272)	-	-	(1.007)	955	80	-	-	1.035
Equipamentos de informática	(18.429)	(7.540)	52	-	(25.917)	1.221	104	-	-	1.325
Direito de uso locação de imóveis	(247.268)	(136.369)	-	(7.999)	(391.636)	36.828	13.944	(70)	(13)	50.825
Total da depreciação	(474.073)	(232.695)	356	(7.999)	(980.341)	(255.789)	(140.877)	(7.999)	79	(404.586)
Total do imobilizado	1.370.439	310.004	(2.144)	12.595	1.690.894	1.401.390	327.268	(4.089)	(3)	1.744.660

(2) Refere-se à reclassificação dos pontos comerciais que estavam classificados como intangível, dado que os mesmos estão diretamente relacionados aos arrendamentos e devem ser considerados como ativo de direito de uso, conforme definido pelo CPC 06(R2) / IFRS 16.

Custo:	Controladora					Consolidado				
	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências das controladas	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Transferências das controladas	Saldo em 2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	774.011	119.457	(13.323)	3.561	(104)	883.602				883.602
Móveis e utensílios	161.947	11.977	(150)	2.697	(1)	176.471				176.471
Máquinas e equipamentos	124.209	15.271	(30)	330	(1)	139.779				139.779
Veículos	1.035	-	-	-	-	1.035				1.035
Instalações	1.325	-	-	-	-	1.325				1.325
Equipamentos de informática	50.825	4.319	(88)	11	(14)	55.053				55.053
Direito de uso locação de imóveis	1.348.546	137.866	(36.847)	-	(504)	1.449.061				1.449.061
Adiantamento	18.256	739	(6.599)	-	-	12.396				12.396
Total do custo	2.480.154	289.629	(50.438)	-	(623)	2.718.722				2.718.722
Depreciação:										
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(231.030)	(84.921)	8.767	-	74	(307.110)				(307.110)
Móveis e utensílios	(42.198)	(16.308)	44	-	(58,462)					(58,462)
Máquinas e equipamentos	(28.979)	(12,558)	16	-	1	(41,520)				(41,520)
Veículos	(1,031)	(4)	-	-	(1,035)					(1,035)
Instalações	(1,007)	(261)	1	-	(1,267)					(1,267)
Equipamentos de informática	(26,663)	(9,124)	60	-	18	(35,709)				(35,709)
Total da depreciação	(338,864)	(120,156)	149	-	(119,829)					(119,829)
Total do imobilizado	2.141,290	169,473	(50,889)	74	1,601,893					1,601,893

	Controladora						
	Taxa média anual de amortização - %	2023			2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Licença de software	20	34.488	(16.026)	18.462	30.508	(10.967)	19.541
Projetos de T.I. (a)	20	212.797	(73.028)	139.769	133.694	(42.727)	90.967
Acordo de não competição	10	124	(119)	5	124	(107)	17
Marcas	(c)	500	(61)	439	-	-	-
Carteira de clientes		12	(12)	-	-	-	-
Ágio		4.496	-	4.496	-	-	-
Outros intangíveis	-	808	(151)	657	561	(111)	450
Total		253.225	(89.397)	163.828	164.887	(53.912)	110.975

	Consolidado						
	Taxa média anual de amortização - %	2023			2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Licença de software	20	35.798	(16.588)	19.210	31.793	(11.392)	20.401
Projetos de T.I. (a)	20	229.726	(76.788)	152.938	147.416	(44.886)	102.530
Acordo de não competição	10	124	(119)	5	124	(107)	17
Marcas	(b)						

continuação

Pet Center Comércio e Participações S.A.

	Consolidado			
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Saldo em 2022
Custo:				
Acordo de não competição	(95)	(12)	-	(107)
Marcas	(222)	(739)	-	(961)
Carteira de clientes	(335)	(1.979)	-	(2.314)
Outros intangíveis	(187)	(67)	131	(123)

Total da amortização (38.930) (28.984) 131 7.999 1 (59.783)
Total do intangível 624.173 40.468 (99) (12.595) (70) 53.350 705.227

Para maiores detalhes das transações do intangível que não envolveram caixa, vide nota explicativa nº 10 do imobilizado.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Produtos para revenda	312.370	271.774	332.155	302.580
Imobilizado e intangível	10.455	8.858	10.455	8.858
Outros (*)	66.111	53.729	66.456	55.147
Total	388.936	334.361	409.066	366.585

(*) Referem-se principalmente a fornecedores relacionados ao segmento Digital (e.g. suporte e manutenção das plataformas digitais, marketing digital etc.), consumo e logística. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não praticou operações denominadas de "forfait" (também conhecidas como "confirming", "risco sacado" ou "securitização de contas a pagar").

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão de férias	30.059	29.327	31.872	32.572
Provisão de participação nos lucros e resultados	22.079	11.764	22.849	12.114
Salários a pagar	10.536	9.435	11.061	10.693
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	2.531	2.375	2.692	2.648
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	7.940	6.888	8.521	7.740
Outras	6.357	9.224	7.565	10.311
Total	79.502	69.013	84.560	76.078

14. Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS	7.261	4.251	7.491	4.402
ICMS	26.481	21.836	35.529	28.082
Imposto Sobre Serviços - ISS	694	911	718	936
Impostos retidos	1.721	3.109	1.759	3.154
Outros	5.505	1.868	6.046	2.436
Total	41.662	31.975	51.543	39.010
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	384	660	3.978

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

15.1. Política contábil: Inicialmente, os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previstos contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias e amortizações incorridos até as datas dos balanços). Os empréstimos ainda vigentes em 31 de dezembro de 2023 não são suscetíveis à capitalização de custos a um ativo qualificável. **15.2. Composição:**

	Encargos	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
Petz							
Empréstimo bancário	8,21% a.a.	Março de 2028	Cessão fiduciária	197.231	-	197.231	-
Debênture:							
1ª Emissão de debêntures	DI + 1,40% a.a.	Julho de 2023	Cessão fiduciária	-	28.428	-	28.428
2ª Emissão de debêntures	DI + 1,30% a.a.	Junho de 2024	Cessão fiduciária	23.245	69.691	23.245	69.691
3ª Emissão de debêntures	DI + 1,65% a.a.	Maio de 2028	Cessão fiduciária	202.365	-	202.365	-
Petix							
Empréstimo bancário	12,92% a.a.	Agosto de 2023	Cessão fiduciária	-	-	-	261
Empréstimo bancário	10,06% a.a.	Agosto de 2025	Aval	-	-	11.867	14.721
Total				422.841	98.119	434.708	113.101
Circulante				37.721	74.948	47.023	86.269
Não circulante				385.120	23.171	387.685	26.832

15.3. Características da Captação com o Banco Santander:

Em 17 de Março de 2023, a Companhia contratou uma Cédula de Crédito Bancário 4131 com o Banco Santander, no montante de USD38.391, equivalente a R\$200.000 na cotação de contratação, com prazo de vencimento de 60 meses e juros pré-fixados de 8,21% ao ano, pagos anualmente. A Companhia contratou também um instrumento derivativo de "SWAP" para trocar a taxa de juros pré-fixada de 8,21% ao ano para 0,97% ao ano e Selic, além de incluir um teto de R\$8,00 para a cotação do dólar (i.e. se o valor da cotação do dólar ultrapassar R\$8,00 nas datas de vencimento, esta diferença será custeada pela Companhia). Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo deste instrumento derivativo era de R\$14.936, registrado na rubrica "Instrumentos derivativos" do passivo. A amortização do principal será em duas parcelas iguais, com vencimentos em 17 de março de 2027 e 17 de março de 2028, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, sendo as provisões: • A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x. • Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. As medições são efetuadas anualmente, e a garantia da dívida é a cessão fiduciária de 100% do instrumento derivativo de "SWAP" mencionado anteriormente. Os custos incorridos com a captação Crédito Bancário 4131 da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$1.107, os quais estão classificados na própria rubrica do empréstimo e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser apropriado era de R\$883 sendo apresentado líquido no saldo do empréstimo. **Características da 1ª Emissão de Debêntures:** Em 10 de julho de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures (não conversíveis em ações) da Companhia no montante de R\$200.000, que possuía prazo de vencimento de 60 meses e foi liquidada em julho de 2023. Conforme cláusulas na escritura de emissão, havia hipóteses de vencimento antecipado, conforme segue: • A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x. • Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. As medições são efetuadas anualmente, e a garantia da dívida é a cessão fiduciária de 100% do instrumento derivativo de "SWAP" mencionado anteriormente. Os custos incorridos com a captação Crédito Bancário 4131 da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$1.107, os quais estão classificados na própria rubrica do empréstimo e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser apropriado era de R\$883 sendo apresentado líquido no saldo do empréstimo. **Características da 2ª Emissão de Debêntures:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não praticou operações denominadas de "forfait" (também conhecidas como "confirming", "risco sacado" ou "securitização de contas a pagar").

Em 17 de Março de 2023, a Companhia contratou uma Cédula de Crédito Bancário 4131 com o Banco Santander, no montante de USD38.391, equivalente a R\$200.000 na cotação de contratação, com prazo de vencimento de 60 meses e juros pré-fixados de 8,21% ao ano, pagos anualmente. A Companhia contratou também um instrumento derivativo de "SWAP" para trocar a taxa de juros pré-fixada de 8,21% ao ano para 0,97% ao ano e Selic, além de incluir um teto de R\$8,00 para a cotação do dólar (i.e. se o valor da cotação do dólar ultrapassar R\$8,00 nas datas de vencimento, esta diferença será custeada pela Companhia). Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo deste instrumento derivativo era de R\$14.936, registrado na rubrica "Instrumentos derivativos" do passivo. A amortização do principal será em duas parcelas iguais, com vencimentos em 17 de março de 2027 e 17 de março de 2028, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, sendo as provisões: • A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x. • Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. As medições são efetuadas anualmente, e a garantia da dívida é a cessão fiduciária de 100% do instrumento derivativo de "SWAP" mencionado anteriormente. Os custos incorridos com a captação Crédito Bancário 4131 da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$1.107, os quais estão classificados na própria rubrica do empréstimo e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser apropriado era de R\$883 sendo apresentado líquido no saldo do empréstimo. **Características da 1ª Emissão de Debêntures:** Em 10 de julho de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures (não conversíveis em ações) da Companhia no montante de R\$200.000, que possuía prazo de vencimento de 60 meses e foi liquidada em julho de 2023. Conforme cláusulas na escritura de emissão, havia hipóteses de vencimento antecipado, conforme segue: • A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x. • Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. As medições são efetuadas anualmente, e a garantia da dívida é a cessão fiduciária de 100% do instrumento derivativo de "SWAP" mencionado anteriormente. Os custos incorridos com a captação Crédito Bancário 4131 da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$1.107, os quais estão classificados na própria rubrica do empréstimo e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser apropriado era de R\$883 sendo apresentado líquido no saldo do empréstimo. **Características da 2ª Emissão de Debêntures:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não praticou operações denominadas de "forfait" (também conhecidas como "confirming", "risco sacado" ou "securitização de contas a pagar").

17. Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários

17.1. Política Contábil: Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Quando aplicável, a provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo ou pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **17.2. Composição:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía riscos de natureza cível, trabalhista e tributária, cuja probabilidade de perda foi considerada provável pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos externos e pelo departamento jurídico interno, sendo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão	2.388	1.209	16.094	6.176
Saldo no início do exercício				
Adição de controladas	-	-	9.034	-
Adições/(reversões), líquido	1.273	1.520	792	1.225
Pagamentos	(1.381)	(341)	(1.381)	(341)
Saldo no final do exercício	2.280	2.388	15.505	16.094
Depósitos judiciais (*)				
Saldo no início do exercício	23.088	8.039	28.712	10.982
Adições	9.065	16.059	11.119	18.740
Resgates/perdas	(3.418)	(1.010)	(3.418)	(1.010)
Saldo no final do exercício	28.735	23.088	36.493	28.712

(*) Registrados na rubrica "outros créditos" no ativo não circulante, sendo que no consolidado o total de R\$36.564 em 31 de dezembro de 2023 inclui RS71 que não se referem a depósitos judiciais. **Processos com risco de perda possível:** A Administração não

18.4.4. Movimentação:

A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir (por mil ações):

	1º Pro-grama	2º Pro-grama	3º Pro-grama	4º Pro-grama	5º Pro-grama	6º Pro-grama	7º Pro-grama	8º Pro-grama	9º Pro-grama	10º Pro-grama	11º Pro-grama	12º Pro-grama	13º Pro-grama	14º Pro-grama	2ºSOP	1º Programa	2º Programa	2º Programa	3º Programa	Total	
Total de opção de compra de ações	7.828	2.376	800	140	5.826	1.206	5.770	148	372	2.158	932	522	18	36	10.825	1.200	1.784	41.941	41.941		
Outorga de opções adicionais	-	1.108	940	1.136	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.644	750	-	4.315	4.315		
Opções canceladas	(4.942)	(160)	(320)	-	(1.118)	-	(746)	-	(149)	(88)	-	(246)	-	-	(5.002)	(311)	-	(10.819)	(10.819)		
Ações exercidas	(2.886)	(3.324)	(1.420)	(1.276)	(4.708)	(1.206)	(5.024)	(148)	(223)	(2.025)	(746)	(171)	(18)	(36)	-	-	-	(23.211)	(23.211)		
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2023															45	186	105	8.467	1.639	1.784	12.226
Opções exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023																				881	

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Pro-grama	2º Pro-grama	3º Pro-grama	4º Pro-grama	5º Pro-grama	6º Pro-grama	7º Pro-grama	8º Pro-grama	9º Pro-grama	10º Pro-grama	11º Pro-grama	12º Pro-grama	13º Pro-grama	14º Pro-grama	2ºSOP	1º Programa	2º Programa	2º Programa	3º Programa	Total
Data da outorga	31/01/14	31/01/15	25/02/16	02/01/17	02/01/18	02/01/19	02/01/20	02/01/20	01/03/20	31/12/19	31/12/20	31/12/20	18/08/21	18/08/21	18/08/21	28/07/21	26/05/22	01/11/23	01/11/23	01/11/23
Dura da modificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Início do prazo de exercício das opções	31/01/15	31/01/16	25/02/17	02/01/18	02/01/19	02/01/20	02/01/20	01/03/20	31/12/19	31/12/20	31/12/20	18/08/21	18/08/21	18/08/21	18/08/21	08/03/24	01/10/24	01/10/24	01/11/24	01/11/24
Período de "vesting"	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	4,5 anos	5 anos	4 anos	5 anos	4 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos

28 de junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures (não conversíveis em ações) da Companhia no montante de R\$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (junho de 2024) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue: • A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x. • Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. Além das cláusulas financeiras acima, cujas medições são efetuadas anualmente, há cláusulas não financeiras que também podem ocasionar o vencimento antecipado das obrigações. Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas financeiras e não financeiras. De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, mudança de controle, legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.087 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser apropriado era de R\$309 (R\$977 em 31 de dezembro de 2022), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures. A amortização do principal das debêntures ocorre em 17 parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorre trimestralmente, sendo o primeiro pagamento devido efetuado em 28 de setembro de 2019. **Características da 3ª Emissão de Debêntures:** Em 15 de maio de 2023, foi realizada a 3ª emissão de debêntures (não conversíveis em ações) da Companhia no montante de R\$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (maio de 2028) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue: • A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x. • Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. Além das cláusulas financeiras acima, cujas medições são efetuadas trimestralmente, há cláusulas não financeiras que também podem ocasionar o vencimento antecipado das obrigações. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas financeiras e não financeiras. De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, mudança de controle, legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$858 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser apropriado era de R\$846, sendo apresentado líquido no saldo das debêntures. A amortização do principal das debêntures ocorre em 6 parcelas consecutivas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2025. O pagamento da remuneração ocorre também semestralmente, porém, sendo o primeiro em 15 de novembro de 2023. **15.4. Movimentações dos empréstimos:** A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	98.119	223.192	113.101	226.081
Aquisição de controladas	-	-	7.739	-
Captações	400.000	-	400.000	8.409
Amortizações de principal	(75.630)	(126.038)	(79.774)	(130.798)
Pagamento de juros	(23.325)	(19.427)	(24.603)	(19.935)
Variação cambial	(14.393)	-	(14.393)	-
Encargos financeiros incorridos	38.070	20.392	40.377	21.605
Saldo no final do exercício	422.841	98.119	434.708	113.101

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Até 1 ano	37.721	-	47.023	-
De 1 a 2 anos	-	-	-	2.565
Mais de 2 anos	385.120	-	385.120	-
Total	422.841	98.119	434.708	113.101

Garantias - Cessão fiduciária: Os Empréstimos e Financiamentos da Companhia exigem garantias no formato de Recebíveis de Cartões de Crédito, controlados e checados diariamente pelo Agente Fiduciário (no caso das Debêntures) ou pelos bancos emissores das Cédulas de Crédito Bancário. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com as referidas exigências.

16. programa de fidelização

O programa de fidelização, cujo nome foi alterado de Vale a Pena Ser Fiel para Clubz em dezembro de 2023, promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e plataformas digitais, que são transformadas em crédito para compras futuras. De acordo com o regulamento do programa, são concedidos bônus variáveis de até 10% do valor pago, para ser utilizado única e exclusivamente no mês subsequente ao da compra, em qualquer loja e nas plataformas digitais. O valor justo é calculado com base nos valores obtidos pelos clientes, no ato da compra, ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de utilização. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a receita diferida do programa de fidelização, para controladora e consolidado, é de R\$929 (R\$3.141 em 31 de dezembro

continuação

Pet Center Comércio e Participações S.A.

	1º Pro-grama	2º Pro-grama	3º Pro-grama	4º Pro-grama	5º Pro-grama	6º Pro-grama	7º Pro-grama	8º Pro-grama	9º Pro-grama	10º Pro-grama	11º Pro-grama	12º Pro-grama	13º Pro-grama	14º Pro-grama	"2ºSOP" 1º Programa	"2ºSOP" 2º Programa	"2ºSOP" 3º Programa
Término do prazo de exercício das opções	31/01/24	31/01/25	25/02/26	02/01/27	02/01/28	02/01/29	02/01/29	01/03/29	31/12/28	31/12/28	31/12/29	31/12/29	31/12/29	31/12/29	08/03/28	08/03/28	08/03/28
Taxa de juros livre de risco	12,84%	16,19%	10,92%	7,18%	6,78%	6,41%	6,41%	6,44%	5,87%	6,41%	6,41%	2,04%	2,04%	2,04%	11,09%	11,09%	11,09%
Número de administradores e executivos elegíveis	8	8	6	5	1	16	5	2	1	4	1	4	10	19	38	3	14
Indexador	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	-	-	-
Número de opções em aberto	2.886	3.324	1.420	1.276	4.708	1.206	5.770	148	372	2.158	932	522	18	36	10.825	1.200	1.784
Valor justo das opções no momento da outorga em reais	0,72	0,80	0,91	0,91	1,27	1,21	1,21	1,21	1,26	1,26	1,26	1,29	1,29	1,29	1,90	1,90	1,90

18.5. Ações em tesouraria: No decorrer do terceiro trimestre de 2023, a Companhia efetuou a compra de 11.600.000 ações de emissão própria pelo valor de R\$62.068, totalizando um saldo de 11.600.015 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2023.

18.6. Dividendos: Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 27 de junho de 2023 em Reunião do Conselho de Administração - RCA, foi deliberada e aprovada a destinação de juros sobre capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$3.000, com imposto de renda retido na fonte no valor de R\$369. O montante total dos juros sobre o capital próprio se encontra dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 9 da Lei nº 9.249/95, e foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório pelo seu valor líquido, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.349	50.590
(+) Reserva legal	(817)	(2.530)
Lucro líquido do exercício ajustado	15.532	48.060
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.883	12.015
Composição da distribuição	2023	2022
Distribuído na forma de JSCP	3.000	8.000
(f) IRRF sobre os juros sobre capital próprio	(369)	(863)
Complemento dividendo mínimo obrigatório	1.252	4.878
Total dividendo mínimo obrigatório	3.883	12.015

19. Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas foram realizadas com base em condições negociadas entre as partes, que refletem condições similares às que seriam realizadas com terceiros.

19.1. Saldos e transações:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos				
Ativo circulante:				
Contas a receber (i)	-	10.501	-	-
Passivo circulante:				
Arrendamento mercantil (ii)	43.645	40.027	43.645	40.027
Fornecedores (i)	1.502	2.091	-	-

Transações

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesa com depreciação e juros (ii)	(7.035)	(7.117)	(7.035)	(7.117)
Compras (i)	(84.034)	(36.830)	-	-
Vendas	22.956	37.398	-	-

(i) A Controladora possui operações de compra e venda, e consequentemente saldos de fornecedores e contras a receber, de produtos de revenda com as controladas Zee, Dog, Petix e CDSG. (ii) A Companhia possui contratos de locação firmados com a Zimerman Participações Ltda., correspondentes à locação do escritório e depósito da loja Marginal Tietê. O saldo indicado está considerando os efeitos do CPC06(R2)/IFRS 16. **19.2. Remuneração dos administradores:** As despesas relativas à remuneração total do pessoal da Alta Administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), registradas na demonstração do resultado dos exercícios, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Diretores estatutários:				
Proventos e encargos sociais	10.783	6.610	10.783	6.610
Benefícios indiretos	18.131	15.862	18.131	15.862
Total Diretores estatutários	28.914	22.472	28.914	22.472
Conselho de Administração	2.460	5.588	2.460	5.588
Total Geral (*)	31.374	28.060	31.374	28.060

(*) Em 31 de dezembro de 2023 incluí R\$17.734 referentes às despesas com o plano de opção de compra de ações (R\$18.781 em 31 de dezembro de 2022).

20. Receita Operacional Líquida

20.1. Política Contábil: O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. A Companhia reconhece receita das seguintes atividades realizadas: • Venda de produtos para animais de estimação, como rações, alimentos, acessórios e medicamentos, como também animais de estimação. • Prestação de serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. • Receita com propaganda e publicidade da CDSG. • Receita de royalties dos treinadores de pets franqueados da Cão Cidadão. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber do cliente. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. **Venda de mercadorias:** Para vendas de mercadorias para clientes no varejo e no e-commerce, a receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda e/ou quando recebe as mercadorias. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias. No ponto de venda, uma obrigação de restituição e o correspondente ajuste da receita são reconhecidos para os produtos devolvidos e/ou quando uma venda é cancelada. Ao mesmo tempo, a Companhia tem o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, consequentemente, a Companhia reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas. **Devoluções e cancelamento:** O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. **Prestação de serviços:** A Companhia fornece serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados e os riscos e benefícios correspondentes aos serviços são transferidos para os clientes. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o serviço é realizado ao cliente. **Programa de fidelização:** O programa de fidelização é registrado na rubrica "Programa de fidelização" ("Vale a Pena Ser Fiel") pelo valor justo dos créditos acumulados e reconhecido no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pelo vencimento do direito de uso dos créditos ou pela amortização de parte do saldo, relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada com base histórica de ocorrências. O desconto prometido ao cliente é, portanto, uma obrigação de desempenho separada. As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização da Companhia são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas. **20.2. Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda de mercadorias	3.493.469	3.045.378	3.723.643	3.294.113
Venda de serviços e demais receitas	124.897	135.637	128.977	138.914
Devoluções e cancelamento de venda - Mercadorias	(63.959)	(60.916)	(68.219)	(66.334)
Devoluções e cancelamento de venda - demais receitas	(18)	(39)	(19)	(43)
Programa de fidelização	2.212	195	2.212	195
Receita bruta de vendas	3.556.601	3.120.255	3.786.594	3.366.845
Tributos federais, estaduais e municipais	(542.665)	(474.679)	(613.353)	(532.312)
Total	3.013.936	2.645.576	3.173.241	2.834.533

21. Despesa por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.571.320)	(1.342.827)	(1.637.267)	(1.426.593)
Despesa com pessoal	(481.863)	(431.283)	(523.324)	(474.418)
Custo de ocupação e consumo	(131.332)	(133.069)	(135.247)	(138.386)
Depreciação e amortização (i)	(141.319)	(110.400)	(150.747)	(117.481)
Depreciação - Direito de uso locação de imóveis (i)	(144.509)	(126.570)	(147.609)	(130.879)
Logística	(92.890)	(77.116)	(107.111)	(98.112)
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 18.4.3)	(17.309)	(26.819)	(17.309)	(26.819)
Perda trabalhista	(2.544)	(2.446)	(2.063)	(2.151)
Outras (ii)	(277.497)	(239.572)	(324.477)	(284.024)
Total	(2.860.583)	(2.490.102)	(3.045.154)	(2.698.863)
Classificadas como:				
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.625.506)	(1.399.658)	(1.691.453)	(1.483.961)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com vendas	(919.626)	(790.685)	(966.467)	(847.683)
Despesas gerais e administrativas	(269.936)	(231.564)	(337.027)	(301.661)
Outras despesas operacionais, líquidas	(45.515)	(68.195)	(50.207)	(65.558)
Total	(2.860.583)	(2.490.102)	(3.045.154)	(2.698.863)

(i) Valores líquidos de créditos de PIS e COFINS. (ii) A variação de outras despesas entre os exercícios de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 se deve principalmente ao aumento de despesas relacionadas ao segmento Digital (e.g. suporte e manutenção das plataformas digitais, marketing digital etc.), além de despesas variáveis com taxas de cartões de crédito e mão-de-obra terceirizada do centro de distribuição.

21.1. Outras despesas operacionais, líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Gastos com abertura e fechamento de lojas	(12.363)	(19.110)	(12.363)	(19.110)
Depreciação - Direito de uso locação de imóveis (lojas não inauguradas)	(2.904)	(4.133)	(2.904)	(4.133)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(2.544)	(2.446)	(2.063)	(2.151)
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 18.4.3)	(17.309)	(26.819)	(17.309)	(26.819)
Resultado na baixa de ativo fixo	(3.187)	(120)	(3.187)	(444)
Baixa de arrendamento - IFRS 16	3.755	94	3.714	260
Outras (a)	(10.963)	(15.661)	(16.095)	(13.161)
Total	(45.515)	(68.195)	(50.207)	(65.558)

(a) Refere-se principalmente a (i) reconhecimento da parcela a pagar pela aquisição da Zee. Dog aos acionistas fundadores; (ii) contratação de consultorias estratégicas; (iii) despesas atreladas ao fechamento de algumas unidades de serviços veterinários e de banho & tosa em decorrência de estudos de redimensionamento da rede atual; e (iv) pagamento de divergências de impostos de anos anteriores.

22. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	46.852	43.380	47.742	45.931
Variação cambial ativa	30.697	-	30.697	-
Atualização de contas a pagar por aquisição de empresas	2.302	14.212	2.302	14.212
Descontos obtidos de fornecedores por antecipação	277	670	941	1.341
Outras	413	1.895	1.498	2.850
Total	80.541	60.157	83.180	64.334

Despesas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(38.070)	(20.348)	(40.377)	(21.638)
Variação cambial passiva	(16.304)	-	(16.304)	-
Resultado negativo com instrumentos derivativos	(14.936)	-	(14.936)	-
Juros sobre arrendamento - IFRS16	(91.374)	(82.048)	(92.345)	(83.549)
Despesas bancárias	(457)	(266)	(602)	(433)
Despesas com obtenção de empréstimos e financiamentos	(1.880)	(1.834)	(1.880)	(1.834)
Atualização de contas a pagar por aquisição de empresas	(12.373)	(9.767)	(12.373)	(9.767)
Outras	(1.921)	(4.276)	(5.941)	(8.344)
Total	(177.315)	(118.539)	(184.758)	(125.565)

23. Arrendamentos de Direito de Uso

23.1. Política contábil: Dos contratos que foram escopo da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel fixo e mínimo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa de juros. A taxa de desconto foi construída pela taxa real de desconto correspondente às cotações de mercado (referência em % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI), adicionando o spread e reduzindo as garantias conforme taxas de mercado dos principais bancos com os quais a Companhia opera. Foi considerada curva de taxa do CDI futura em função dos diferentes prazos de amortização dos contratos de arrendamento firmado, uma vez que a taxa do CDI futura apresentou aumentos ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, e se manteve nos mesmos patamares no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **23.2. Características:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 305 contratos de locação de lojas e centros administrativo e de distribuição com terceiros (280 em 31 de dezembro de 2022). Deste total, 273 contratos foram classificados como direito de uso de locação e possuem prazos de vencimentos entre 2 e 21 anos e a taxa média ponderada de desconto no exercício está demonstrada na tabela abaixo. Os outros contratos de aluguéis variáveis, contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do exercício estão registrados na rubrica "Custo com ocupação e consumo", demonstrada na nota explicativa nº 21, e totalizam R\$5.040. A tabela abaixo evidencia as taxas nominais praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	De 5,20% a 13,23%
De 6 a 10 anos	De 6,58% a 15,33%
De 11 a 21 anos	De 6,83% a 15,99%

23.3. Movimentação dos arrendamentos: Os saldos e a movimentação dos ativos de direito de uso no exercício são:

	Adoção inicial	Dez./20	Dez./21	Dez./22	Dez./23	Dez./24	Dez./25	Dez./26	Dez./27	Dez./28	Dez./29	Dez./30
Ativo de arrendamento												
Balanco patrimonial	387.225	515.662	793.489	872.300	730.269	591.564	457.967	339.500	241.877	165.455	104.604	30.408
Nota explicativa	441.948	537.161	839.081	1.038.759	878.054	720.775	568.144	431.084	313.578	217.659	137.748	42.662
Passivo de arrendamento												
Balanco patrimonial	387.225	571.060	877.593	973.822	851.656	720.707	583.293	452.280	336.967	241.232	159.997	52.208
Nota explicativa	441.948	586.704	1.068.891	1.293.418	1.167.821	1.021.303	857.452	689.292	535.147	401.516	279.500	88.481
Despesas financeiras												
Balanco patrimonial	-	42.995	61.028	91.754	81.196	69.735	57.570	45.528	34.590	25.359	17.371	6.775
Nota explicativa	-	50.019	71.305	121.413	110.921	98.395	84.158	68.949	54.462	41.684	29.823	11.416
Despesa de depreciação												
Balanco patrimonial	-	79.862	103.417	142.666	139.863	136.837	132.420	107.621	84.858	65.533	57.108	27.772
Nota explicativa	-	92.972	109.601	161.354	158.489	155.237	151.413	126.833	105.093	84.243	76.921	44.525

24. Instrumentos Financeiros



Publicidade Legal

Pet Center Comércio e Participações S.A.										31 de dezembro de 2023		Taxa utilizada CDI Cetip	Efeito	Cenário I (Alta 50%)	Cenário II (Alta 25%)		
Controladora		Consolidado		Consolidado:						Até 1 ano		Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2023	2022	2023	2022	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros e arrendamentos de direito de uso																	
Passivos financeiros - custo amortizado:																	
Empréstimos, financiamentos e debêntures																	
	422.841	98.119	434.708	113.101						657.207							
Instrumentos derivativos	14.936	-	14.936	-						14.936							
Fornecedores	388.936	334.361	409.066	366.585													
Contas a pagar pela aquisição de controladas	104.767	98.086	104.767	99.587													
Arrendamento a pagar - direito de uso	1.034.357	1.048.657	1.038.545	1.062.212													
Total passivos financeiros	1.965.837	1.579.223	2.002.022	1.641.486													
c) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (risco de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. c.1) Risco de mercado: A Companhia está exposta principalmente à possibilidade de flutuações na taxa de juros e taxa de câmbio. O risco de taxa de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, líquidos das aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. c.2) Risco de crédito: A Administração classifica como baixo o risco de crédito em virtude de as vendas serem realizadas para um grande número de clientes e grande parte da carteira de clientes ser predominantemente oriunda de vendas por meio de operadoras de cartões de crédito e débito. Em relação ao saldo de caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera que o risco de crédito é baixo, com base nos ratings de crédito externo das contrapartes. A Companhia trabalha com bancos de primeira linha classificados com ratings entre AAA e AA. As exposições máximas ao risco de crédito podem ser observadas nas notas nº 4.2 e nº 5. c.3) Risco de liquidez: A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e de investimentos. O monitoramento engloba, ainda, o ciclo de caixa com dias de estoque, dias de fornecedor e dias de contas a receber. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de caixa e relacionamento próximo com bancos para captação de recursos por meio de linhas de crédito. A seguir, detalhes do vencimento dos passivos financeiros e passivo de arrendamento contratados (valor nominal com juros futuros).																	
Controladora:	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Total										
Operação																	
Fornecedores	388.936						388.936										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	76.096	87.708	119.660	210.934	150.942	-	645.340										
Instrumentos derivativos	-	-	-	-	14.936	-	14.936										
Contas a pagar pela aquisição de controladas	3.680	3.339	152.117	2.820	1.932	-	163.888										
Arrendamento a pagar	223.294	210.122	196.422	168.355	138.498	356.880	1.293.571										
Caixa e equivalentes de caixa																	
Empréstimos e financiamentos e debêntures																	
Excedente de caixa líquido																	
e) Gestão de risco de taxa de juros: A Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos, com juros prefixados e pós-fixados, diminuindo o risco de mercado. Análise de sensibilidade da taxa de juros: A Administração da Companhia considera baixo o risco de grandes variações no CDI que possam impactar significativamente suas operações. Entretanto, uma análise de sensibilidade foi preparada para avaliar potenciais impactos líquidos no resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em caso de variações significativas. Para o cálculo, foram considerados dois cenários de aumento do CDI base médio do exercício de 13,25% ao ano, aplicado sobre os saldos mensais de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures: • Cenário I: apreciação de 50% do CDI. • Cenário II: apreciação de 25% do CDI. 31 de dezembro de 2023 Taxa utilizada CDI Cetip Risco Cenário I Cenário II																	
Empréstimos para capital de giro sujeitos à variação do CDI																	
13,15%																	
Alta do CDI (6.598) (3.341)																	
Debêntures																	
13,15%																	
Alta do CDI (7.263) (3.678)																	
De forma a reduzir os possíveis efeitos do aumento do CDI a Companhia mantém aplicações financeiras remuneradas também pelo CDI, conforme nota explicativa nº 4. a e 4. b, que reduz os impactos do risco de alta do CDI mencionada acima, conforme segue:																	
Controladora																	
2023																	
2022																	
(1.102) 74.810																	
Receita bruta, líquida de cancelamentos																	
2023																	
2022																	
2023																	
2022																	
Venda de mercadorias	3.429.510	2.984.462	3.655.424	3.227.779													
Venda de serviços e demais receitas	124.879	135.598	128.958	138.871													
Programa de fidelização	2.212	195	2.212	195													
Total	3.556.601	3.120.255	3.786.594	3.366.845													
Adicionalmente, a Companhia também acompanha suas receitas brutas com base nos seguintes canais de venda:																	
Controladora																	
2023																	
2022																	
2023																	
2022																	
Canais de venda																	
Digital	1.378.140	1.053.896	1.432.043	1.219.732													
Físico	2.178.461	2.066.359	2.354.551	2.147.113													
Total	3.556.601	3.120.255	3.786.594	3.366.845													
A Diretoria:																	
Vanessa Tondato - Contadora CRC 1SP 251.074/O-6																	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas																	
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Pet Center Comércio e Participações S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pet Center Comércio e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pet Center Comércio e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p>Valor recuperável da unidade geradora de caixa que inclui ativos de vida útil indefinida (ágio e marcas): Veja as notas explicativas nº 09 e nº 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principais assuntos de auditoria: As demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos significativos de ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio por expectativa de rentabilidade futura e marca) relativos à aquisição da Zee.Dog, os quais estão sujeitos ao teste anual de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36. Na determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) que inclui tais ativos significativo na determinação de certas premissas a serem utilizadas na projeção dos fluxos de caixa futuros, que incluem crescimento dos negócios, taxa de desconto e taxa de inflação. Devido ao grau de julgamento envolvido na seleção de tais premissas para a determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa por parte da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, que inclui a projeção dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável do ágio e marca UGC Zee.Dog disponibilizados pela Companhia. (ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, para a UGC Zee.Dog, avaliamos a razoabilidade e metodologias utilizadas pela Companhia para a determinação das principais premissas relativas às taxas de crescimento dos negócios, taxa de desconto e taxa de inflação, através de procedimentos que incluíram a comparação das premissas utilizadas pela Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto. (iii) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consoli-</p>																	
<p>dadas consideram todas as informações relevantes. Baseado nas evidências obtidas pelos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) Zee.Dog que contém os ativos de vida útil indefinida (ágio e marca), bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas como um todo. Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro</p>																	
<p>de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 07 de março de 2024.</p>																	
<p>KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-014428/O-6</p>																	
<p>Marcelle Mayume Komukai Contadora CRC 1SP249703/O-5</p>																	

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 08.642.976/0001-70

Relatório da Administração

Senhores cotistas, cumprindo as disposições legais, temos o prazer de submeter a V.Sas. as Demonstrações Contábeis anuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A Administração

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstração dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)						
Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022	Atividades operacionais	2023	2022	Atividades operacionais	2023	2022	
Circulante				Circulante				Despesas operacionais			(+) Resgate de Aplicações Financeiras	729	4.441	
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	5	Tributos a recolher	8	75	56	Despesas administrativas	10a	(100)	(70)			
Aplicações financeiras	5	45.683	23.719	Outras contas a pagar		7	–	Resultado operacional			(70)			
Créditos tributários e previdenciários	6	257	265			82	56	Resultado financeiro						
		45.943	23.989	Patrimônio Líquido				Receitas financeiras	10b	3.177	1.940			
				Capital Social	9	53.643	53.643	Despesas financeiras	10b	(6)	(123)			
Não circulante				Reserva de Capital		–	–	Resultado patrimonial			3.171	1.817		
Investimentos	7	375.703	431.333	Reserva de Lucro		367.921	401.623	Resultado de equivalência patrimonial	10c	69.938	135.326			
		375.703	431.333			421.564	455.266	Lucro antes dos impostos			69.938	135.326		
Total do ativo		421.646	455.322	Total do passivo e patrimônio líquido		421.646	455.322	Imposto de renda	10d	(770)	(461)			
								Contribuição social	10d	(286)	(175)			
								Lucro líquido do período			71.953	136.437		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	53.643	–	288.646	–	342.289
Distribuição de Dividendos	–	–	–	(23.460)	(23.460)
Lucro/Prejuízo do Exercício	–	–	–	136.437	136.437
Transferências para Reserva de Lucro	–	–	136.437	–	136.437
Saldo em 31 de dezembro de 2022	53.643	–	401.623	–	455.266
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	–	(87)	(87)
Distribuição de Dividendos	–	–	–	(105.568)	(105.568)
Lucro/Prejuízo do Exercício	–	–	–	71.953	71.953
Transferências para Reserva de Lucro	–	–	71.953	–	71.953
Saldo em 31 de dezembro de 2023	53.643	–	367.921	–	421.564

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. (Villa), está localizada na Rua Franz Schubert, nº 33, 3º andar, no bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo. A empresa tem por objeto social a participação em outras sociedades de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista, podendo associar-se com outras sociedades, de qualquer forma.

2. Base de elaboração e apresentação – As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2024. **Base para Mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda; • Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem

aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (I) As operações compromissadas, são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos incorridos, que se aproximam do valor justo. (II) As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. **c) Redução ao valor recuperável – ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As perdas são avaliadas anualmente, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 01. **d) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% sobre a base presumida. A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado **e) Passivos financeiros:** Passivos financeiros compreendem Tributos e Encargos Sociais a Recolher, Empréstimos a Pagar e Débitos Diversos que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

Descrição	2023	2022
Bancos Conta Corrente	3	5
	3	5

Os valores que compõe caixa e equivalentes de caixa são compostos por aplicações automáticas bancárias.

5. Aplicações financeiras – a. Composição por prazo e nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Ativos	Hierarquia de valor justo				Sem vencimento	Valor contábil (E = A + B)	Valor de curva (F)	Valor Ganho/Perda justo não realizado (G - F)	Valor realizado 31/12/2023 (E)	% 31/12/2023 (H)
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos						
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)
Fundo de investimento exclusivo	31.470	9.521	4.685	8	45.683	–	45.683	45.683	45.683	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	354	4.789	–	5.143	–	5.143	5.143	0%	6.151
Notas do tesouro nacional – Série B (NTN-B)	1	98	99	289	487	–	487	487	0%	971
Operações compromissadas	1	16.314	–	–	16.314	–	16.314	16.314	0%	588
Cotas de fundos de investimentos	2	14.284	–	–	14.284	–	14.284	14.284	0%	10.721
Títulos privados (CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE)	2	419	4.632	4.395	9.447	–	9.447	9.447	0%	5.287
Caixa/Contas a pagar/Contas a receber		–	–	–	8	–	8	8	0%	1
Total	31.470	9.521	4.685	8	45.683	–	45.683	45.683	100%	23.719

b. Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c. Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&F Bovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F Bovespa, na SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC – Central Brasileira de Liquidação e Custódia. **d. Movimentação das aplicações financeiras**

Movimentação:	OMINT		VL Cinco de Mayo		Premium		KIPP	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Informações das controladas								
Total do patrimônio líquido	564.656	699.491	48.917	47.277	45.072	44.329	2.051	2.251
Participação	46.91%	46,91%	99,99%	99,99%	100%	100%	99,99%	99,99%
Valor do investimento	208.672	213.094	47.272	43.333	24.329	28.426	2.251	1.880
Resultado da equivalência patrimonial	56.208	115.037	1.639	3.940	20.743	15.903	(200)	371
Distribuição de Dividendos:								
Descrição	2023	2022						
Valores Distribuídos – Villa Argentina	105.471	23.439						
Valores Distribuídos – Cobo Argentina	97	21						
	105.568	23.460						

Movimentação	Aplicações		Resgates		Recebimentos	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Valor Justo por meio do Resultado	23.719	20.000	(730)	–	(462)	3.156
Aplicação	23.719	20.000	(730)	–	(462)	3.156
Total	23.719	20.000	(730)	–	(462)	3.156

e. Risco de crédito

Caixa e Bancos	Sem Valor de Mercado	
	AAA	AA A Rating
Caixa e Bancos	–	3
Equivalente de caixa	–	–
Cotas de Fundos de Investimentos	41.489	2.457
Prêmio a Receber	–	–
Exposição máxima ao risco de Crédito	41.489	2.457

6. Créditos tributários e previdenciários

Descrição	2023	2022
Imposto de renda a compensar	257	265
Total	257	265

de serviço de saúde e odontológicos. (c) Possui como objeto social a venda e compra de imóveis, locação de bens imóveis próprios, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e a participação em outras sociedades; (d) Possui como objeto social, exclusivamente a atuação como holding, detendo participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); (e) Possui como objeto social a intermediação a pessoas físicas e jurídicas para o acionamento de prestadores de serviços credenciados a sociedades tais como seguradoras, operadoras de saúde e correlatos, intermediação na prestação de serviços médicos e/ou odontológicos a serem executados através de pessoas físicas e/ou jurídicas, contratadas ou subcontratadas, devidamente habilitadas para prestar tais serviços, podendo estender sua atuação a todo território nacional ou ao exterior, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista, a atividade de representante de seguros e outras atividades de intermediação à prestação de serviços de informação e assessoria prestados às pessoas físicas e jurídicas não especificados anteriormente.

Recebimento de Dividendos:	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Valores Recebidos – Omint Saúde	105.568	23.460		
Valores Recebidos – Omint Saúde – Dação em Pagamento	13.891	–		
Valores Recebidos – Cinco de Mayo	20.000	12.000		
	139.459	35.460		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	71.953	136.437		
Ajustes por:				
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	8.652	–		
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	(78.590)	(135.326)		
(-) Juros e variação monetária	–	–		
(-) Ajuste de exercício anterior	(87)	–		
(+) Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	–	117		
	1.928	1.228		
Diminuição (Aumento) das Contas do Ativo				
Aplicações financeiras	(21.964)	(9.196)		
Créditos tributários e previdenciários	8	(59)		
Aumento (Diminuição) das Contas do Passivo				
Tributos e encargos sociais a recolher	19	–		
Débitos Diversos	7	25		
Caixa líquido das atividades operacionais	(20.002)	(8.001)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	71.953	136.437		
Ajustes por:				
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	8.652	–		
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	(78.590)	(135.326)		
(-) Juros e variação monetária	–	–		
(-) Ajuste de exercício anterior	(87)	–		
(+) Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	–	117		
	1.928	1.228		
Diminuição (Aumento) das Contas do Ativo				
Aplicações financeiras	(21.964)	(9.196)		
Créditos tributários e previdenciários	8	(59)		
Aumento (Diminuição) das Contas do Passivo				
Tributos e encargos sociais a recolher	19	–		
Débitos Diversos	7	25		
Caixa líquido das atividades operacionais	(20.002)	(8.001)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Tributos a recolher

Descrição	2023	2022
CSLL a pagar	75	56
	75	56

9. Capital social – O capital social de R\$ 53.643, totalmente integralizado, está distribuído entre os cotistas internacionais, conforme composição abaixo:

	2023	2022
Villa Larroudet Y Compañia S.A.	53.593	53.593
Cobo Cichero Y Compañia S.A.	49	49
	53.643	53.643

10. Detalhamento das principais conta de resultado

Descrição	2023		2022	
	2023	20		

Publicidade Legal

... continuação

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração,

Villa Larouet Investimentos e Participações Ltda.

da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. **Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;** • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações

financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.

CRC 2SP 015.165/O-8

David Elias Fernandes Marinho

Contador – CRC 1SP 245.857/O-3



CITYBOOK BRASIL LTDA

CNPJ: 47.424.328/0001-07 | NIRE: 35239658581

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CITY BOOK, LLC, empresa domiciliada no exterior, com sede na Cidade de Dover, 08 The Green, STE R, County of KENT, Delaware, ZIP Code 19901, CNPJ/MF sob nº 47.230.382/0001-03, neste ato devidamente representada por seu procurador, **Mateus Seraphim Camarinha**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF/MF nº 049.607.256-05, com documento de identidade civil de nº 396.268-95 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Dr Rafael de Barros, 387, apto 42, Bairro Paraíso, São Paulo – SP; sócios representando a totalidade do capital social da sociedade **CITYBOOK BRASIL LTDA**, sociedade limitada com sua sede e foro na Av. Paulista, 1765, 7º Andar, Conj. 72, CV 9917, Bela Vista, São Paulo – SP, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a Jucesp sob NIRE 35239658581, (“Sociedade”), e inscrita no CNPJ sob nº. 47.424.328/0001-07, têm entre si justo e acordado, por unanimidade e sem reservas, alterar seu Contrato Social, mediante as seguintes cláusulas e condições, sendo dispensada a reunião ou assembleia de sócios, conforme disposto no artigo 1072, parágrafo terceiro da Lei 10406, de 10.01.2002, em decorrência da assinatura, ao final, de todos os sócios: 1 - Transformação em S.A. - Os sócios resolvem pela transformação do tipo societário de “sociedade limitada” em sociedade por “ações”, passando a Sociedade a ser regida pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e demais dispositivos aplicáveis, sendo que em virtude da transformação do tipo jurídico da sociedade, resolve-se pela alteração do nome comercial para **CITYBOOK BRASIL S.A.**, passando a mesma a ser regida por um Estatuto Social, pelos dispositivos da Lei nº 6.404/76, e demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, permanecendo inalteradas as atuais participações percentuais dos sócios no capital da sociedade, os quais passam à condição de acionistas, recebendo, portanto, o acionista **CITY BOOK, LLC**, já qualificado, R\$ 9.900,00 ações ordinárias nominativas em substituição às quotas de sua propriedade, e o Sr. **Mateus Seraphim Camarinha**, já qualificado, R\$ 100.000,00 ações ordinárias nominativas em substituição às quotas de sua propriedade. A sociedade continuará a operar com o mesmo ativo e passivo, mantendo a escrituração, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, sem qualquer solução de continuidade nos negócios e na vida da sociedade, sendo integralmente garantidos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas, em sua totalidade, reconhecem e aprovam, sem quaisquer restrições. 2 - Eleição da Diretoria e Declaração de Desempimento - Com a transformação, fica assim composta a Diretoria Administrativa da Cia, sendo que tais membros são eleitos para um mandato de 3 anos a contar da presente data: A) **Mateus Seraphim Camarinha**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF/MF nº 049.607.256-05, com documento de identidade civil de nº 396.268-95 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Dr. Rafael de Barros, 387, apto 42, Bairro Paraíso, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Cia; B) **Gabriel Tabosa de Castro**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF/MF n. 335.983.188/80 com documento de identidade civil de nº 44.347.834-X, SSP/SP, residente e domiciliado na Av. Paulista, 1765, 7º Andar, Conj. 72, CV 9917, Bela Vista, para o cargo de diretor sem designação específica; 2.1 - Declaração de Desempimento: Os Diretores ora eleitos declaram expressamente que aceitam a nomeação, ficando investidos nas funções designadas, tomando posse, nesta data por meio das assinaturas dos competentes termos de posse lavrados no livro de atas da Diretoria da Cia, no prazo legal, declarando não estarem incurso em nenhum dos crimes legalmente previstos que os impeçam de exercer as atividades empresariais, bem como que, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a tais cargos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, ou qualquer outro que os impeçam de exercer atividades mercantis. Em virtude da alteração de natureza jurídica fica aprovado o Estatuto Social da **CITYBOOK BRASIL S.A.**, nos termos do texto a seguir: **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração** - Cláusula 1ª - Sob a denominação de **CITYBOOK BRASIL S.A** fica constituída a Companhia a qual a ser regida pela Lei nº 6.404/76 e demais dispositivos aplicáveis. Cláusula 2ª - A Cia terá sua sede e foro na Av. Paulista, 1765, 7º Andar, Conj. 72, CV 9917, Bela Vista, São Paulo - SP, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional. Cláusula 3ª - A sociedade tem como objeto social: Escritório de gestão administrativa de outras empresas; Prestação de Serviços de Consultoria Administração e Financeira para empresas em geral; Elaboração execução e desenvolvimento de projetos de Energia; promoção, criação de registro de marcas e patentes; Infraestrutura e Logística, Inovação e Tecnologia. Cláusula 4ª - A duração da Companhia será por prazo indeterminado, iniciando suas atividades em 04/09/2017. **Capítulo II - Capital Social e Ações** - Artigo 5º. O capital social da cia é de montante de R\$ 10.000.000,00, mediante o aqui representado por 10.000.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas. Parágrafo Segundo. E vedada a instituição de quaisquer ônus, gravames, alienação fiduciária, caução, penhores, outros tipos de direitos reais de garantia, penhoras, arreiros, opções de compra sobre as ações de emissão da Sociedade, assim como a instituição sobre elas de quaisquer outras obrigações que comportem, como execução específica, a transferência de ações, exceto se tais opções forem relacionadas ao plano de remuneração de longo prazo dos funcionários da Cia devidamente aprovado, e outros casos específicos, desde que aprovados pelos acionistas em assembleia geral. **Capítulo III - Assembleia Geral** - Artigo 6º. Os acionistas reunir-se-ão em assembleia geral ordinariamente nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e competências as disposições legais aplicáveis e este estatuto. Parágrafo Primeiro. A convocação da assembleia geral será feita pelo Diretor Presidente, por meio de avisos publicados na imprensa, sem prejuízo do disposto no Artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Segundo. A assembleia geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, em sua ausência, por qualquer outro diretor escolhido pelos acionistas dentre os presentes. O Presidente convidará outro dentre os presentes para atuar como Secretário. Artigo 7º. As assembleias gerais poderão ser também semipresenciais ou digitais, sendo certo que, nestes casos, a participação e a votação a distância dos acionistas poderão ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. Para todos os fins legais, as assembleias digitais serão consideradas como realizadas na sede da sociedade. O anúncio de convocação informará quando a assembleia for semipresencial ou digital, detalhando como será a participação e o voto a distância. Parágrafo Primeiro. As assembleias semipresenciais ou digitais deverão obedecer à legislação que regula as sociedades anônimas e o disposto neste estatuto social, quanto à disponibilização prévia de documentos e informações, convocação, instalação, deliberação. Da mesma forma, aplicar-se-ão às assembleias semipresenciais e digitais, subsidiariamente e no que com elas forem compatíveis, as disposições legais e regulamentares relativas às reuniões e assembleias exclusivamente presenciais. Parágrafo Segundo. Os livros societários aplicáveis e a ata da assembleia semipresencial ou digital poderão ser assinados isoladamente pelo presidente e secretário da mesa, que certificarão em tais documentos os acionistas presentes. Artigo 8º. As deliberações da Sociedade somente serão consideradas como aprovadas se assim o forem por acionistas que representem 50% mais 01 das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco, salvo a existência de quórum qualificado definido em lei. Artigo 9º. Os acionistas poderão fazer-se representar em assembleias gerais por mandatário constituído há menos de 1 ano. **Capítulo IV - Administração da Cia** - Artigo 10. A Cia será administrada por uma Diretoria. Parágrafo Único. A assembleia geral estabelecerá a remuneração anual global dos administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer

Em dia de ata do Copom, dólar sobe 0,19% com queda de commodities

O dólar à vista encerrou a sessão de terça-feira, 26, em leve alta no mercado doméstico de câmbio, em dia marcado por queda das commodities, em especial do minério de ferro, e sinal predominante de alta da moeda americana no exterior. Mensagem mais dura da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) e a leitura acima das expectativas do IPCA-15 em março contribuíram para manter o mercado de câmbio na defensiva.

Uma vez mais, o dólar à vista correu entre margens estreitas, com variação de menos de três centavos entre a mínima (R\$ 4,9664), pela manhã, e a máxima (R\$ 4,9938), no início da tarde. No fim do dia, a moeda era negociada a R\$ 4,9828, em alta de 0,19%. Em março, o dólar ainda acumula leve valorização (+0,21%).

Fatores técnicos com início da rolagem de posições no segmento futuro às vésperas da disputa formação da última taxa ptax do mês, na quinta-feira, 29, também contribuíram para o tropeço do real. Operadores observam que a cotação do dólar futuro para abril ficou abaixo do valor do dólar à vista, o que revela baixa liquidez no mercado spot. “O cupom cambial está altíssimo. O mercado spot está seco, com falta de venda de dólar. Ou tem muita demanda de compra. E a tendência é que o dólar suba”, afirma o head da Tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt.

IstoÉDinheiro

Centro de Estudos de Materiales Y Control de Obra S.A. (CEMOSA)

CNPJ/MF: 30.036.246/0001-84

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 – (Em reais)

Balança Patrimonial		Demonstração de resultado do Exercício		
	2023	2022	2023	2022
Total Ativo	5.653.311,35	5.116.962,28	5.653.311,35	5.116.962,28
Ativo Circulante	5.099.893,45	4.651.429,72	1.617.929,74	1.067.992,29
Disponível	793.647,90	1.734.239,80	245.704,16	182.177,51
Duplicatas A Receber	2.333.997,07	962.299,78	275.429,08	296.659,12
Receita de Consórcios	241.577,73	809.654,44	183.825,51	395.044,42
Adiantamento De Lucros	260.000,00	260.000,00		
Adiantamento Salários	13.310,68	4.209,05	608.335,26	55.820,15
Adiantamentos	124.982,00	88.711,69	247.557,69	111.219,10
Aplicações Financeiras De Renda Fixa	10.000,00		57.078,04	27.071,99
Impostos A Recuperar / Compensar	279.613,97	19.395,42	4.035.381,61	4.048.969,99
Empréstimos	1.052.764,10	762.919,54	2.185.556,20	2.185.556,20
Despesas Pagas Antecipadamente			60.515,39	
Realizável a Curto Prazo	262.407,57	175.660,26	1.214.413,79	1.863.413,79
Seguros A Apropriar	262.407,57	175.660,26	574.896,23	
Ativo Não Circulante	291.010,33	289.872,30		
Aplicações Financeiras de Longo Prazo				
Imobilizado	289.687,63	288.549,60		
Intangível	1.322,70	1.322,70		
Total Passivo Circulante				
Fornecedores—Exigíveis A Curto Prazo				
Empréstimos E Financiamentos				
Obrigações Trabalhistas E Previdência				
Obrigações Tributárias				
Impostos e Contribuições Sobre O Lucro				
Contas A Pagar / Credores Diversos				
Contas Correntes				
Adiantamentos De Clientes				
Patrimônio Líquido				
Capital Social				
Reservas				
Lucros Acumulados				
Dividendo				
NOTA: Autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da Portaria Nº 1.790-SEI, DE 25/10/2018—Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa				
Cristiane Guimarães - Diretora				
Vitor Tedeschi - Contador - CRC 1SP305338/O-9				
Receita Bruta			22.521.460,11	16.654.540,00
Serviços Prestados			20.369.700,52	14.854.699,55
Receita Serviços Prestados Consórcios			2.151.759,59	1.799.840,61
Impostos e Deduções				
Sobre Venda de Serviços			-2.985.759,84	-2.256.323,01
Receita Operacional Líquida			19.535.700,27	14.398.217,15
Serviços De Terceiros E Encargos			-8.886.040,90	-6.817.801,92
Lucro Bruto Operacional			10.649.659,37	7.580.415,23
Despesas Operacionais				
Despesas Administrativas			-8.811.790,17	-6.286.363,63
Outras Despesas Operacionais				
Receitas Financeiras			14.855,05	9.698,08
Outras Receitas Operacionais			180.000,00	89.099,89
Despesas Tributárias			-11.837,29	
Despesas Financeiras			-151.917,93	
Lucro (Prejuízo)			1.868.969,03	1.392.849,57
Operacional II Antes do IRPJ/CSLL			1.868.969,03	1.392.849,57
Provisão Para Impostos e Contribuições S/ Lucro				
Provisão IRPJ			-477.956,76	-324.212,39
Provisão CSLL			-180.704,42	-125.356,46
Lucro Líquido do Exercício			1.210.307,85	943.280,72



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.

CNPJ/MF nº 04.936.868/0001-59 – NIRE 35.230.167.992
15ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Por este instrumento: **Relx Overseas B.V.**, sociedade constituída de acordo com as leis da Holanda, CNPJ nº 05.713.446/0001-87, representada por **Francisco Toshio Ohno**, RG nº 8.416.231-4 (SSP/SP) e CPF nº 063.908.198-38, única sócia desta sociedade ("Sociedade"), resolve deliberar a incorporação de sociedade, nos seguintes termos: **1.** Foi aprovado, sem ressalvas, o "Protocolo e Justificação de Incorporação da **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.**, pela **Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.**" ("Protocolo e Justificação"), firmado em 16/02/2024, entre as administrações da Sociedade e da **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.**, com sede em São Paulo-SP, na Rua Bela Cintra, 1.200, 6º andar, conjuntos 61, 62, 63 e 64, Consolação, CNPJ nº 05.137.788/0001-04 e NIRE 35.217.630.790. **2.** Fica ratificada a indicação da **Coimbra Partners Auditores e Consultores S/S**, CNPJ nº 41.848.246/0001-03 e CRC/SP nº 2 SP 043774/O-1, para avaliar o patrimônio líquido da **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.**, avaliado, na data-base de 31/01/2024, em R\$ 5.955.710,00, e elaborar o Laudo de Avaliação, aprovado sem ressalvas. **3.** Concorde a sócia em aprovar a incorporação da **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.** pela Sociedade, assumindo a Sociedade todos os elementos ativos e passivos do patrimônio da sociedade incorporada. **4.** A incorporação, com versão do patrimônio líquido da **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.** para a Sociedade, não implicará em aumento de capital da Sociedade. **5.** A **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.** será extinta e serão canceladas as 122.139 quotas representativas de 100% de seu capital social, detidas pela Sociedade. **6.** Serão transferidos para a Sociedade e esta se subrogará em todos os contratos celebrados ou pertencentes à **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.** Em decorrência da incorporação, o estabelecimento sede da **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.** em São Paulo-SP, na Rua Bela Cintra, 1.200, 6º andar, conjuntos 61, 62, 63 e 64, Consolação, será extinto e todos e quaisquer ativos da sociedade incorporada ali existentes serão transferidos para o estabelecimento filial da Sociedade. **7.** Fica a administração da Sociedade autorizada a tomar todas as medidas necessárias à efetivação da incorporação acima. **8.** Fica consolidado o Contrato Social, cuja redação, na íntegra, foi levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, com este instrumento. São Paulo, 01/03/2024. **Relx Overseas B.V.** Francisco Toshio Ohno (Procurador). Advogado: **Barbara Brentani Roncolatto OAB/SP** nº 120.794. JUCESP – Registro sob o nº 100.940/24-9 em 08/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

REC Embu III S.A.

CNPJ/MF nº 23.983.062/0001-66 – NIRE 35.300.513.100

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de março de 2024

Aos 13/03/2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, com a presença de acionistas representando 100% do capital social da Companhia, dispensando a convocação. **Mesa:** Presidente: Dani Abjeszy; Secretário: Rômulo Ottoni Andrade. **Ordem do Dia e Deliberações. A.** a aprovação da realização da 1ª emissão, pela Companhia, de 300.000 notas comerciais escriturais, em série única, sendo o valor total da emissão equivalente a R\$ 300.000.000,00 ("Valor Total da Emissão"), para distribuição pública, objeto de garantia firme de colocação, ("Notas Comerciais Escriturais" ou "Notas Comerciais" e "Emissão"), nos termos da Lei nº 14.195, de 26/08/2021 ("Lei nº 14.195") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), mediante a celebração do "Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, da REC Embu III S.A." a ser celebrado entre a Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, CNPJ/MF nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante dos interesses dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário" e "Titulares de Notas Comerciais"), e a **GLP Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, CNPJ/MF nº 23.781.192/0001-16 ("Fundo" ou "Avalista"), representado por sua gestora GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda., CNPJ/MF nº 13.478.471/0001-51, devidamente habilitada pela CVM para atuar como gestor por meio do Ato Declaratório nº 15.686, de 01/06/2017, na qualidade de avaliista ("Termo de Emissão" e "Gestora", respectivamente); **B.** em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia e decorrentes da emissão das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário, a Remuneração, o Prêmio, quando devido, os Encargos Moratórios, e os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação à emissão das Notas Comerciais Escriturais, a penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, que sejam de responsabilidade da Companhia, a aprovação da constituição das garantias abaixo descritas ("Obrigações Garantidas" e "Garantias", respectivamente) (i) a cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário, dos direitos creditórios decorrentes (I) das parcelas de aluguel mensal que venha a ser titular em decorrência da futura locação do imóvel objeto da matrícula nº 32.407, registrada no Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Taboão da Serra-SP "Futuras Locatárias", "Contratos de Locação Futuro" e "Imóvel", respectivamente); (2) de todos e quaisquer outros valores, presentes e futuros, principais e acessórios, devidos pelas Futuras Locatárias por força dos Contratos de Locação Futuros, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, valores devidos por rescisão ou extinção antecipada dos Contratos de Locação Futuros, seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos respectivos Contratos de Locação Futuros ("Direitos Creditórios Futuros"); e (3) dos direitos, presentes e futuros, detidos pela Companhia em relação à Conta Vinculada (conforme definido no Termo de Emissão) na qual serão depositados todos os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Futuros, incluindo, mas não se limitando a, todos os frutos, rendimentos e aplicações, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o respectivo banco depositário ("Direitos Creditórios Conta Vinculada" e, quando em conjunto com os Direitos Creditórios Futuros, os "Direitos Ceditórios Fiduciários" e "Cessão Fiduciária", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de cedente e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, nos moldes do Anexo II ao Termo de Emissão ("Contrato de Cessão Fiduciária") e eventuais aditamentos; (ii) a celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"), a ser constituído no prazo previsto no Termo de Emissão, por meio do qual a Companhia alienará fiduciariamente a totalidade do imóvel localizado na Avenida Marechal Castelo Branco, Rua Iguape e Avenida Engenheiro Heitor Eiras Garcia, na Cidade de Taboão da Serra-SP, registrado sob a matrícula nº 32.407 perante o Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Taboão da Serra-SP ("Imóvel" e "Alienação Fiduciária de Imóvel", respectivamente); (iii) a celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Fundo, na qualidade de alienante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), tendo por objeto a constituição de alienação fiduciária, pelo Fundo, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais da totalidade das ações de emissão da Companhia. **C.** autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, (i) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; (ii) praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, a o Termo de Emissão, o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da REC Embu III S.A.", a ser celebrado entre a Companhia determinada instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder" e "Contrato de Distribuição", respectivamente), o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e seus eventuais aditamentos, bem como os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta, observados os limites aqui previstos; (iii) contratar (a) o Coordenador Líder para intermediar e coordenar a Oferta; e (b) os demais prestadores de serviços para a Oferta, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Notas Comerciais, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Notas Comerciais, o agente fiduciário, o assessor legal, o banco depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e **D.** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às matérias acima. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 13/03/2024. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 124.615/24-7 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A.

CNPJ/MF 26.563.652/0001-28 - NIRE 35.3.0053966-4

RESUMO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024
Realização da 2ª emissão de notas comerciais escriturais, série única, valor total R\$ 150.000.000,00, Data de Emissão 28/03/2024, destinadas à distribuição pública pelo rito de registro automático, com garantia firme de colocação, nos termos da Lei 14.195 e da Lei 6.385, como alterada, e da Resolução CVM nº 160. Aprovação da constituição de Cessão Fiduciária em favor do Agente Fiduciário, autorização à Diretoria para negociar termos da Emissão e Oferta, incluindo assinatura de documentos necessários, e ratificação de atos da Diretoria prévios à Reunião. Encerramento sem manifestações. Mesa: Marcos Guilherme Tiburcio Fernandes - Presidente; Andrea Gonçalves de Oliveira - Secretária. Conselheiros Presentes: Jose Antonio Fernández Garza-Lagüera, Salvador Alfaro Hernández, Constantino Spas Montesinos, Rodrigo José Patuzzo, Teófilo Lacroze, Ricardo Dell Aquila Mussa. Confere com a original. São Paulo, 19 de março de 2024. JUCESP nº 127.091/24-5 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

L.K.J Ortopedia Ltda.

CNPJ sob o nº 05.259.792/0001-37
Convocação para Reunião de Sócios

Ficam os sócios convocados a se reunir em Reunião de Sócios da **L.K.J Ortopedia Ltda.**, sociedade simples limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 445, conjunto 907, 9º andar, Cerqueira César, CEP 01419-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.259.792/0001-37 ("Sociedade"), a ser realizada no dia 02 de abril de 2024, às 10:00 horas, por videoconferência, conforme instruções abaixo, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) consignar o ingresso da Sra. **Amélia Kimura** na Sociedade, mediante a cessão e transferência da totalidade das quotas de titularidade do **Espólio de Luiz Koiti Kimura**, nos termos da Escritura Pública de Inventário e Adjudicação, registrada no 16º Tabelião de Notas, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, livro nº 5.250, página 385; (ii) eleger a Sra. **Amélia Kimura** para o cargo de Administradora da Sociedade, em decorrência do falecimento do Sr. **Luiz Koiti Kimura**; (iii) alterar o endereço da sede da Sociedade; (iv) dissolver e liquidar a sociedade, com eleição do liquidante; e (v) celebrar a 2ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade para refletir as deliberações tomadas nos itens anteriores, se aprovadas. Para acessar a reunião: Link: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/join-a-meeting?rtc=1> ID da Reunião: 247 387 842 423 Senha: bau5QK. São Paulo, 25 de março de 2024. Amélia Kimura (Sócia da **L.K.J Ortopedia Ltda.**) (25, 26 e 27/03/2024)

Ysla Comércio Varejista de Roupas Ltda.

CNPJ/MF nº 22.087.674/0001-08 - NIRE 35.230.988.970

Edital de Convocação da Reunião de Sócios da Ysla Comércio Varejista de Roupas Ltda. a ser realizada no dia 02 de abril de 2024

Ficam convocados os Senhores quotistas da **Ysla Comércio Varejista de Roupas Ltda.** ("Sociedade"), na forma prevista no art. 1.072 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil") e na **Cláusula 15ª** do Contrato Social da Sociedade ("Contrato Social"), para se reunirem em Reunião de Sócios que se realizará, de forma presencial, em primeira convocação, no dia **02/04/2024**, às 17h00, na sede da Sociedade, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Jannarelli, nº 318, Vila Progredior, CEP 05.615-000 ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a destituição da Sra. **Carla Franco do Amaral** do cargo de sócia administradora da Sociedade, nos termos do art. 1.063, § 1º, do Código Civil, com a consequente alteração da redação da **Cláusula 7ª, caput**, do Contrato Social da Sociedade; e (ii) a autorização para que a administração da Sociedade adote todas as medidas necessárias para a implementação da deliberação constante do item (i) acima, incluindo a elaboração e assinatura do instrumento de alteração do Contrato Social. **Informações Gerais:** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), aplicável supletivamente à Sociedade. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais sócias da Sociedade somente poderão ser representadas na reunião por procurador que seja sócio, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. São Paulo/SP, 22/03/2024. **Isabela Barros Frugieue Hamoui** – Sócia Administradora da Sociedade; **Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti** – Sócia Administradora da Sociedade. (25, 26 e 27/03/2024)

Triya Comércio de Roupas Ltda.

CNPJ/MF nº 07.602.098/0001-04 - NIRE 35.220.116.392

Edital de Convocação da Reunião de Sócios da Triya Comércio de Roupas Ltda. a ser realizada no dia 02 de abril de 2024

Ficam convocados os Senhores quotistas da **Triya Comércio de Roupas Ltda.** ("Sociedade"), na forma prevista no Artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil") e na **Cláusula 11ª** do Contrato Social da Sociedade ("Contrato Social"), para se reunirem em Reunião de Sócios que se realizará, de forma presencial, em primeira convocação, no dia **02/04/2024**, às 17h30, na sede da **Ysla Comércio Varejista de Roupas Ltda.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Jannarelli, nº 318, Vila Progredior, CEP 05.615-000 ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a destituição da Sra. **Carla Franco do Amaral** do cargo de sócia administradora da Sociedade, nos termos do Artigo 1.063, § 1º, do Código Civil, com a consequente alteração da redação da **Cláusula 5ª, caput**, do Contrato Social da Sociedade; (ii) a alteração do objeto social da Sociedade, de forma que a Sociedade também passará a exercer a atividade de participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como acionista, sócia ou quotista, no Brasil ou no exterior, com a consequente alteração da redação da **Cláusula 3ª**, do Contrato Social da Sociedade; (iii) a inclusão de cláusula no Contrato Social da Sociedade regendo a possibilidade de exclusão extrajudicial por justa causa, para os casos em que houver a prática de ato de inegável gravidade por parte de sócio, por deliberação da maioria do capital social, nos termos do Artigo 1.085, do Código Civil; (iv) a constituição de uma nova sociedade empresária limitada para exercício das atividades de comércio eletrônico de artigos de vestuário e acessórios e a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como acionista, sócia ou quotista, no Brasil ou no exterior, na qual a Sociedade deverá ser detentora de quotas representativas de 60% do capital social ("NewCo"); (v) a celebração do Contrato de Licença de Uso de Marca entre a Sociedade e a NewCo, para concessão de licença gratuita, irrevogável e não sublicenciável, de marca de titularidade da Sociedade; e (vi) a autorização para que a administração da Sociedade adote todas as medidas necessárias para a implementação das deliberações constantes dos itens (i) a (v) acima, incluindo a elaboração e assinatura do instrumento de alteração do Contrato Social. **Informações Gerais:** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do Artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), aplicável supletivamente à Sociedade. Em cumprimento ao disposto no Artigo 654, §§ 1º e 2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais sócias da Sociedade somente poderão ser representadas na reunião por procurador que seja sócio, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no Artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. São Paulo/SP, 22/03/2024. **Isabela Barros Frugieue Hamoui** – Sócia Administradora da Sociedade; **Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti** – Sócia Administradora da Sociedade. (25, 26 e 27/03/2024)

Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.

CNPJ/MF nº 05.137.788/0001-04 - NIRE 35.217.630.790

14ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento: **Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.**, com sede em Barueri-SP, na Alameda Rio Negro, 161, 7º andar, conjuntos 701 e 704, Alphaville Industrial, CNPJ nº 04.936.868/0001-59 e NIRE 35.230.167.992, por, **Francisco Toshio Ohno**, RG nº 8.416.231-4 (SSP/SP) e CPF nº 063.908.198-38, única sócia desta sociedade ("Sociedade"), resolve deliberar a incorporação da Sociedade, nos seguintes termos: **1.** Foi aprovado, sem ressalvas, o "Protocolo e Justificação de Incorporação da **Fircosoft Brasil Consultoria e Serviços de Informática Ltda.**, pela **Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.**" ("Protocolo e Justificação"), firmado em 16/02/2024, entre as administrações da Sociedade e da sócia **Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.** **2.** Fica ratificada a indicação da **Coimbra Partners Auditores e Consultores S/S**, com sede em São Paulo-SP, CNPJ nº 41.848.246/0001-03 e CRC/SP nº 2 SP 043774/O-1, para avaliar o patrimônio líquido da Sociedade que, na data-base de 31/01/2024, era de R\$ 5.955.710,00 e elaborar o Laudo de Avaliação, aprovado sem ressalvas. **3.** Foi aprovada a incorporação da Sociedade pela sócia **Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.** **4.** A Sociedade será extinta, ficando canceladas as 122.139 quotas em que se divide seu capital social. **5.** Serão transferidos para a Sociedade e esta se subrogará em todos os contratos celebrados ou pertencentes à Sociedade. O estabelecimento sede da Sociedade, em São Paulo-SP, na Rua Bela Cintra, 1.200, 6º andar, conjuntos 61, 62, 63 e 64, Consolação, será extinto e todos e quaisquer ativos da Sociedade ali existentes serão transferidos para o estabelecimento filial da **Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.** **6.** Fica a administração da Sociedade autorizada a tomar todas as medidas necessárias à efetivação da incorporação acima. São Paulo, 01/03/2024. **Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.** Francisco Toshio Ohno (Administrador). Visto do Advogado: **Barbara Brentani Roncolatto OAB/SP** nº 120.794. JUCESP – Registrado sob o nº 100.941/24-2 em 08/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,9864 / R\$ 4,987 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,9809 / R\$ 4,9829 *
Turismo - R\$ 5,0055 /
R\$ 5,1855
(* cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: 0,18%
OURO BM&F
R\$ 325,000

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,05%
Pontos: 126.863
Volume financeiro:
R\$ 19,980 bilhões
Majores altas: São
Martinho ON (4,13%),
Localiza ON (2,72%),
Suzano ON (2,19%)
Majores baixas: Casas
Bahia ON (-9,09%),
Minerva ON (-8,73%),
Magazine Luiza ON
(-6,81%)
S&P 500 (Nova York):
-0,28%
Dow Jones (Nova York):
-0,08%
Nasdaq (Nova York):
-0,42%
CAC 40 (Paris): 0,41%
Dax 30 (Frankfurt): 0,67%
Financial 100 (Londres):
0,17%

Nikkei 225 (Tóquio):
-0,04%
Hang Seng (Hong Kong):
0,88%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,17%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 0,51%
Merval (Buenos Aires):
0,15%
IPC (México): 1,16%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%

comercial@datamercantil.com.br

Coroa (Suécia) - 0,4715
Dólar (EUA) - 4,987
Franco (Suíça) - 5,5258
Iene (Japão) - 0,0329
Libra (Inglaterra) - 6,2981
Peso (Argentina) - 0,005823
Peso (Chile) - 0,005053

Peso (México) - 0,299
Peso (Uruguai) - 0,1319
Yuan (China) - 0,6909
Rublo (Rússia) - 0,05381
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,4009

Publicidade Legal

Usina Santa Fé S.A.

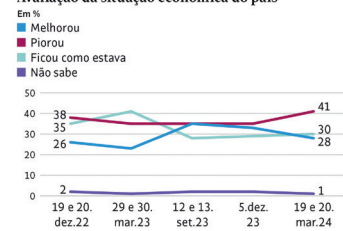
CNPJ/MF nº 45.281.813/0001-35 – NIRE 35.300.116.542

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 18 de março 2024
Data, Horário e Local: As 14:00 horas do dia 18/03/2024, na sede social, na Estrada da antiga Fazenda Itaquêrê, s/nº, Zona Rural, Nova Europa-SP ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), independentemente de convocação. **Mesa:** Presidente: **Roberto Malzoni Filho**; Secretária: **Maria Malzoni Romanach**. **Deliberações tomadas por unanimidade:** **1.** Aprovar a realização da Emissão das Debêntures pela Companhia, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão nos termos da Resolução CVM 160, da Lei nº 12.431, de 24/06/2011 ("Lei nº 12.431"), da Lei nº 6.385, de 07/12/1976 ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis ora vigentes. As Debêntures terão as seguintes características principais, sem prejuízo das demais características a serem definidas pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Escritura de Emissão: **(a) Número da Emissão:** A Emissão representa a 2ª Emissão de Debêntures da Companhia. **(b) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 180.000 Debêntures. **(c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão das Debêntures é de R\$180.000.000,00 na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"). **(d) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"). **(e) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integral, única e exclusivamente, destinados ao projeto de investimento na atividade de plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol denominado "Renovação, modernização e aumento da produtividade de canaviais para cultivo da cana-de-açúcar destinada à produção de etanol e de biomassa relativa à safra 2023/24" ("Projeto de Investimento"), considerado prioritário nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 8.874, de 11/10/2016, conforme alterado ("Decreto 8.874") e da Portaria (conforme abaixo definido), conforme detalhado na Escritura de Emissão; **(f) Enquadramento do Projeto:** A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução nº 4.751 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), de 26/09/2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751") ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem. O Projeto de Investimento foi classificado e aprovado como prioritário pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME nº 137, de 11/03/2024, publicada no Diário Oficial da União em 14/03/2024 ("Portaria"); **(g) Tratamento Tributário das Debêntures:** As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431; **(h) Data de Emissão:** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela definida no âmbito da Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(i) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(j) Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, da sua 2ª emissão, em série única, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. **(k) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures.** As Debêntures serão simples, ou seja, não convertíveis em ações de emissão da Companhia. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cauletas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; **(l) Colocação e Plano de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, intermediada pelo Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder") e pelo Banco Bocom BBM S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 398, 7º andar, parte, Bairro do Comércio, CEP 40015-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.114.366/0001-69, por meio de sua filial localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 15º andar, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 15.114.366/0003-20 ("Bocom BBM"), e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores", nos termos da Resolução CVM 160 e da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e serão destinados a investidores profissionais, conforme definido no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada ("Investidores Profissionais"), nos termos do Contrato de Distribuição; **(m) Prazo, Forma e Preço de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, sendo considerada "Data de Integralização", para fins da Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de integralização para as Debêntures que foram integralizadas após a primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, será o mesmo para todas as Debêntures, subscritas e integralizadas em uma mesma data e não terá impacto nos valores recebidos pela Companhia. A aplicação de ágio ou deságio poderá afetar o comissionamento, sendo certo que não haverá alteração dos custos totais (custo all-in) da Companhia estabelecidos no Contrato de Distribuição; **(n) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a primeira Data de Integralização, até a Data de Vencimento das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), calculado de forma pro rata temporis, base em 252 Dias Úteis, conforme fórmula disposta na Escritura de Emissão; **(o) Amortização:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 10 parcelas, sendo a primeira parcela devida em data definida na Escritura de Emissão e as demais parcelas serão devidas de forma semestral e consecutiva, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, nas respectivas datas de amortização até a última parcela, na Data de Vencimento das Debêntures, conforme cronograma descrito na tabela disposta na Escritura de Emissão ("Dados de Amortização das Debêntures") e percentuais dispostos na 2ª coluna ("Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado"), calculados de acordo com a proporção do Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, a ser amortizado na respectiva data de amortização, conforme descrito na 2ª coluna da tabela disposta na Escritura de Emissão; **(p) Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios prefixados, com base em 252 Dias Úteis, correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em data definida na Escritura de Emissão, a ser verificada após o fechamento de mercado do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>) ("Data de Fixação da Remuneração"), acrescida exponencialmente de um spread de 2,60% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive), observado a fórmula de cálculo e dos demais termos e condições dispostos na Escritura de Emissão. **(q) Procedimento de coleta de intenções de investimentos (Procedimento de Bookbuilding).** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação do valor final de Remuneração das Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding"). **(r) Pagamento da Remuneração:** O primeiro pagamento da Remuneração será realizado em data definida na Escritura de Emissão e os demais pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sucessivamente até o último pagamento a ser realizado na Data de Vencimento das Debêntures, conforme cronograma disposto na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(s) Prazo de Vigência e Datas de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), as Debêntures terão prazo de vigência de 07 anos e 3 meses contados da Data de Emissão dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data disposta na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"); **(t) Agente de Liquidação e Escriturador:** O agente de liquidação e o escriturador da presente Emissão são a **Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 4º Andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente de Liquidação" e "Escriturador"). O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela B3 e instruções editadas pela CVM. **(u) Depósito para Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira:** As Debêntures serão custodiadas eletronicamente na B3, e depositadas para: (a) distribuição no mercado primário

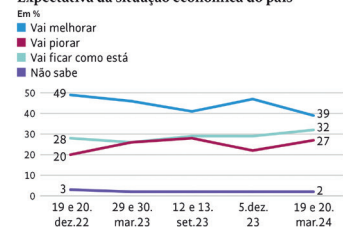
por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(v) Garantia Fidejussória:** O Fiador, a partir da Data de Emissão, por meio da Escritura de Emissão, obriga-se solidariamente à Companhia, e declara, em caráter irrevogável e irretirável, perante o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como Fiador, principal pagador e solidariamente responsável, na forma do artigo 275 e seguintes, bem como do artigo 818 da Lei nº 13.105 de 16/03/2015, conforme alterada ("Código Civil"), pelo fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como das obrigações garantidas descritas na Escritura de Emissão. O Fiador renuncia no ato de assinatura da Escritura de Emissão aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838, 839 e 844, § 1º do Código Civil, e nos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105 de 16/03/2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), sub-rogando-se pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas das Debêntures objeto da Escritura de Emissão, a Companhia se obriga a constituir, em favor dos Debenturistas a Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; **(x) Alienação Fiduciária de Imóveis:** Em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas descritas na Escritura de Emissão, o Fiador, poderá constituir, de forma a liberar parte da garantia de cessão fiduciária constituída sobre o CDB, por meio de instrumentos próprios e diretamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, alienação fiduciária, nos termos da Lei nº 9.514, de 20/11/1997 e demais normas aplicáveis, sobre os imóveis rurais de sua propriedade descritos no Anexo III da Escritura de Emissão ("Imóveis"), por meio da celebração dos instrumentos particulares de alienação fiduciária de imóveis a serem celebrados essencialmente na forma do Anexo IV da Escritura de Emissão (sendo todos os contratos de alienação fiduciária de imóveis celebrados em garantia das Obrigações Garantidas, em conjunto, os "Contratos de Alienação Fiduciária"), e esses, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia". Deverá ser celebrado um Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis apartado para cada um dos Oficiais de Registros de Imóveis (conforme definido no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária) em que as matrículas dos imóveis estejam registradas (como um todo, a "Alienação Fiduciária de Imóveis") e essa, em conjunto com a Cessão Fiduciária, as "Garantias Reais". A celebração de cada um dos Contratos de Alienação Fiduciária em forma substancialmente igual àquela apresentada no Anexo IV não dependerá de aprovação pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; **(y) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, desde que (i) esteja adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão; e (ii) o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate das Debêntures exceda 4 anos, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, na legislação aplicável e com o disposto na Resolução CMN 4.751, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observados os demais termos e condições dispostos na Escritura de Emissão. **(z) Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures:** Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, na forma regulamentada pelo CMN, após o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado superar 4 anos e observadas a Resolução CMN 4.751 e a Resolução CMN 5.034, ou em prazo menor desde que permitido nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação e/ou regulamentação aplicável, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a oferta facultativa de resgate antecipado facultativo das Debêntures endereçada aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à B3 ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá, em qualquer circunstância, ter por objeto a totalidade das Debêntures, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares e, será operacionalizada da forma prevista na Escritura de Emissão; **(aa) Aquisição Facultativa:** Após decorridos 2 anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431 e na Resolução da CVM nº 77, de 29/03/2022 ("Resolução CVM 77"), as Debêntures poderão ser adquiridas pela Companhia e/ou por suas partes relacionadas, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, desde que observe as regras expedidas pela CVM ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos deste item poderão: (a) ser canceladas, desde que respeitados os prazos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, e os prazos previstos na Resolução CMN nº 4.751; (b) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Remuneração das demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, a Escritura de Emissão deverá ser editada para refletir tal cancelamento, sem a necessidade de autorização prévia por Assembleia Geral de Debenturistas, ficando o Agente Fiduciário desde já autorizado a celebrar o referido aditamento. **(bb) Eventos de Vencimento Antecipado:** Sujeito ao disposto na Escritura de Emissão, mediante ciência da ocorrência de uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"), o Agente Fiduciário deverá agir conforme disposto nas referidas cláusulas, e, uma vez ocorrendo o vencimento antecipado das obrigações constantes da Escritura de Emissão, a Companhia deverá realizar o pagamento da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, desde a primeira Data de Integralização ou desde a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, sendo certo que o prazo para a realização do referido pagamento será de 1 Dia Útil a contar do recebimento de notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário; **(cc) Encargos Moratórios:** Adicionalmente à Remuneração, ocorrendo impositividade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplimento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória não compensatória de 2%, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). **(dd) Demais Características:** As demais características das Debêntures, das Garantias Reais e da Fiança encontram-se descritas na Escritura de Emissão. **2.** Aprovar a constituição, em favor dos Debenturistas, em garantia ao fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures de cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária") sobre (a) todos os direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da Companhia oriundos dos contratos de venda de açúcar e/ou etanol listados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Contratos Cedidos"); (b) todos e quaisquer direitos creditórios principais e acessórios, existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes da Conta Vinculada CDB (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e do(s) certificado(s) de depósito bancário a ser(em) adquirido(s) pela Companhia, incluindo, mas não se limitando a, recursos, direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências e prerrogativas ("Recebeíveis CDB" e "CDB", respectivamente), conforme descritos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e custodiados juntos ao Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), na qualidade de custodiante do CDB, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária; e (c) todo e qualquer crédito que a Companhia venha a ser titular em razão de seu saldo positivo existente na Conta Vinculada Contratos Cedidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), movimentada única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Conta Vinculada (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Recursos Depositados"), bem como aqueles mantidos de tempos em tempos nos Investimentos Permitteds Conta Vinculada (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Recursos em Investimentos Permitteds") e, quando em conjunto com os Contratos Cedidos, CDB, Recebeíveis CDB e os Recursos Depositados, os "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente", bem como aqueles mantidos de tempos em tempos nos Investimentos Permitteds Conta Vinculada ("Recursos em Investimentos Permitteds") e, quando em conjunto com os Contratos Cedidos, os Recursos Depositados e os Recursos em Investimentos Permitteds, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente") e a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como seus eventuais aditamentos, conforme o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. **3.** Autorizar a Diretoria da Companhia, diretamente ou por meio de procuradores legalmente constituídos, a praticar todos e quaisquer atos necessários à formalização da Emissão das Debêntures. **4.** Aprovar a ratificação de todos os atos praticados até esta data para fins de implementação da Emissão, das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, à outorga de poderes para procuradores da Companhia e à contratação de prestadores de serviços da Oferta. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Nova Europa, 18/03/2024. Mesa: **Roberto Malzoni Filho** – Presidente da Mesa; **Maria Malzoni Romanach** – Secretária da Mesa. Conselheiros: Roberto Malzoni Filho; Maria Malzoni Romanach; Eduardo Ferraz Malzoni; Anita Ferraz Malzoni; Fernando Luiz de Mattos Oliveira; Mônica Carneiro Meira Bergamaschi; Luiz Carlos de Campos Salles. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 124.953/24-4 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Brasileiro avalia que situação econômica piorou

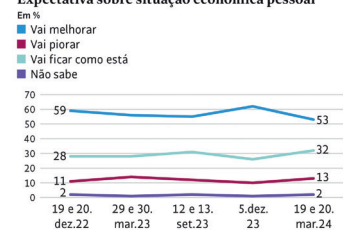
Avaliação da situação econômica do país



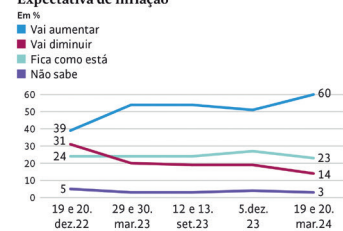
Expectativa da situação econômica do país



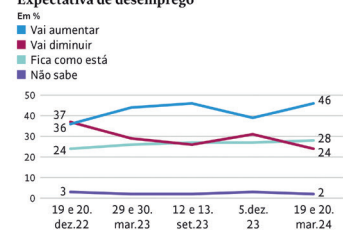
Expectativa sobre situação econômica pessoal



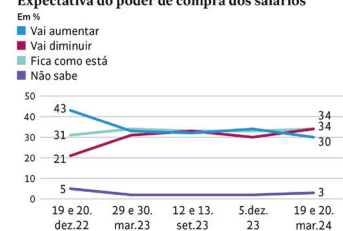
Expectativa de inflação



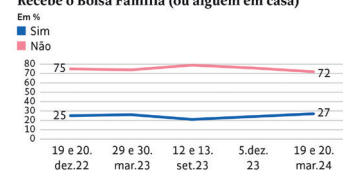
Expectativa de desemprego



Expectativa do poder de compra dos salários



Recbe o Bolsa Família (ou alguém em casa)



Fonte: Datafolha (Forum realizadas 2.002 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 147 municípios. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%).

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

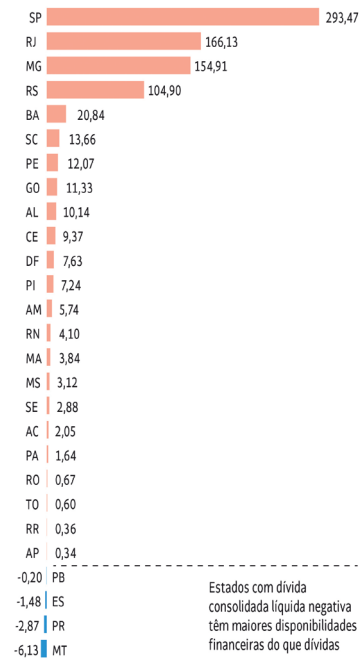
Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Publicidade Legal

Divida consolidada líquida dos estados

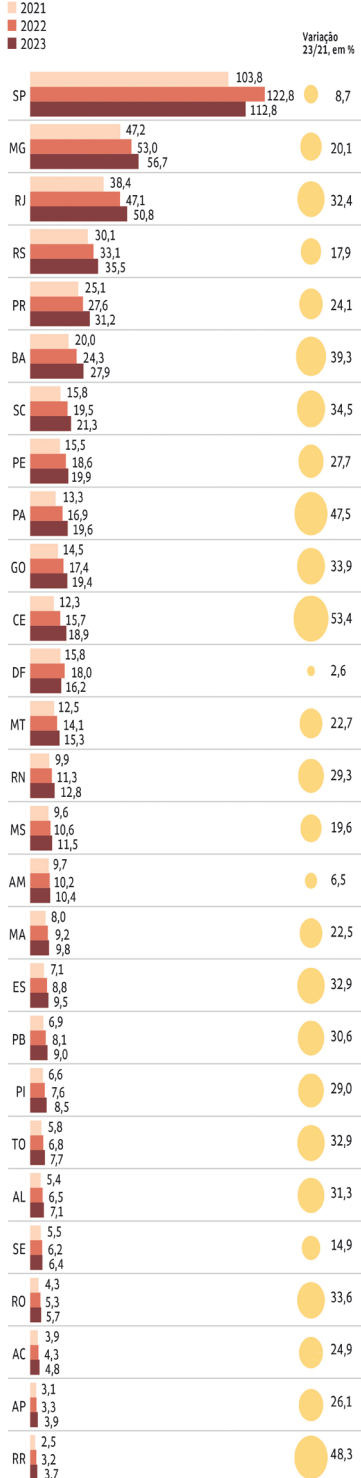
Desconta as disponibilidades financeiras para honrar as obrigações

Valor em 2023, em R\$ bilhões



Evolução do gasto com pessoal do Poder Executivo

Em R\$ bilhões (correntes)



Fonte: Tesouro Nacional, Sicofin

Agropecuária Nova Europa S.A.

CNPJ/MF nº 55.925.275/0001-28 – NIRE 35.300.194.110

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2024

Data, Horário e Local: As 15:00 horas do dia 18/03/2024, por videoconferência. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: **Roberto Malzoni Filho**; Secretária: **Maria Malzoni Romanach**. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (f) Aprovar, conforme previsto nos itens (i) e (ii) da ordem do dia, a constituição, pela Companhia, da Fiança, em garantia às Obrigações Garantidas assumidas pela Usina Santa Fé, com renúncia expressa a qualquer benefício de ordem, nos termos a previstos na Escritura de Emissão. As Debêntures terão as seguintes características principais, sem prejuízo das demais características a serem definidas pelos representantes legais da Companhia e da Usina Santa Fé no âmbito da Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, e demais contratos relacionados à Emissão, à Emissão à Oferta e à Fiança: (a) **Número da Emissão:** A Emissão representa a 2ª Emissão de Debêntures da Usina Santa Fé. (b) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 180.000 Debêntures. (c) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão das Debêntures é de R\$180.000.000,00 na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"). (d) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"). (e) **Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Usina Santa Fé com a Emissão serão integral, única e exclusivamente, destinados ao projeto de investimento na atividade de plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol denominado "Renovação, modernização e aumento da produtividade de canaviais para cultivo da cana-de-açúcar destinada à produção de etanol e de biomassa relativa à safra 2023/24" ("Projeto de Investimento"), considerado prioritário nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24/06/2011 ("Lei nº 12.431"), do Decreto 8.874, de 11/10/2016, conforme alterado ("Decreto 8.874") e da Portaria (conforme abaixo definido), conforme detalhado na Escritura de Emissão; (f) **Enquadramento do Projeto:** A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução nº 4.751 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), de 26/09/2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751") ou de normas posteriores que as alterem, substituíam ou complementem. O Projeto de Investimento foi classificado e aprovado como prioritário pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME nº 137, de 11/03/2024, publicada no Diário Oficial da União em 14/03/2024 ("Portaria"); (g) **Tratamento Tributário das Debêntures:** As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431; (h) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela definida no âmbito da Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (i) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; (j) **Especie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, da sua 2ª emissão, em série única, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. (k) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Usina Santa Fé. As Debêntures serão escrituras e nominativas, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; (l) **Colocação e Plano de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, intermediada pelos Coordenadores, nos termos da Resolução CVM 160 e da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e serão destinadas a investidores profissionais, conforme definido no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada ("Investidores Profissionais"), nos termos do Contrato de Distribuição; (m) **Prazo, Forma e Preço de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, sendo considerada "Data de Integralização", para fins da Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de integralização para as Debêntures que foram integralizadas após a primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, será o mesmo para todas as Debêntures, subscritas e integralizadas em uma mesma data e não terão impacto nos valores recebidos pela Usina Santa Fé. A aplicação de ágio ou deságio poderá afetar o comissionamento, sendo certo que não haverá alteração dos custos totais (custo *all-in*) da Usina Santa Fé estabelecidos no Contrato de Distribuição; (n) **Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a primeira Data de Integralização, até a Data de Vencimento das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), calculado de forma *pro rata temporis*, base em 252 Dias Úteis, conforme fórmula disposta na Escritura de Emissão; (o) **Amortização:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 10 parcelas, sendo a primeira parcela devida em data definida na Escritura de Emissão e as demais parcelas serão devidas de forma semestral e consecutiva, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, nas respectivas datas de amortização até a última parcela, na Data de Vencimento das Debêntures, conforme cronograma descrito na tabela disposta na Escritura de Emissão ("Datas de Amortização das Debêntures") e percentuais dispostos na 2ª coluna ("Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado"), calculados de acordo com a proporção do Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, a ser amortizado na respectiva data de amortização, conforme descrito na 2ª coluna da tabela disposta na Escritura de Emissão; (p) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios prefixados, com base em 252 Dias Úteis, correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em data definida na Escritura de Emissão, a ser verificada após o fechamento de mercado do Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>) ("Data de Fixação da Remuneração"), acrescida exponencialmente de um spread de 2,60% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"), cal-

culados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive), observado a fórmula de cálculo e dos demais termos e condições dispostos na Escritura de Emissão. (q) **Prazo de Vigência e Datas de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na Escritura de Emissão) ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), as Debêntures terão prazo de vigência de 07 anos e 3 meses contados da Data de Emissão dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data disposta na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"); (r) **Depósito para Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira:** As Debêntures serão custodiadas eletronicamente na B3, e depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (s) **Pagamento da Remuneração:** O primeiro pagamento da Remuneração será realizado em data definida na Escritura de Emissão e os demais pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sucessivamente até o último pagamento a ser realizado na Data de Vencimento das Debêntures, conforme cronograma disposto na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas uma "Data de Pagamento da Remuneração"); (t) **Garantia Fidejussória:** A Companhia, a partir da Data de Emissão, por meio da Escritura de Emissão, obriga-se solidariamente à Usina Santa Fé, e declara, em caráter irrevogável e irretroativo, perante os Debenturistas, como fiador, principal pagador e solidariamente responsável, na forma do artigo 275 e seguintes, bem como do artigo 818 do Código Civil, pelo fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como das obrigações garantidas descritas na Escritura de Emissão. (u) **Cessão Fiduciária:** Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas das Debêntures objeto da Escritura de Emissão, a Usina Santa Fé se obriga a constituir, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a cessão fiduciária de recebíveis decorrentes dos Contratos Cedidos (conforme definido na Escritura de Emissão) e do(s) certificado(s) de depósito bancário a serem adquiridos pela Usina Santa Fé, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária") e, em conjunto com a Fiança e com a Alienação fiduciária de Imóveis, as "Garantias". (v) **Alienação Fiduciária de Imóveis:** Em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas descritas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá constituir Alienação Fiduciária de Imóveis, nos termos da Lei nº 9.514 e demais normas aplicáveis, sobre Imóveis, por meio da celebração dos Contratos de Alienação Fiduciária. (w) **Encargos Moratórios:** Adicionalmente à Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória não compensatória de 2%, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). (x) **Demais Características:** As demais características das Debêntures, da Fiança e da Alienação Fiduciária de Imóveis encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão. **1.** No ato de constituição da Fiança, a Companhia: (a) expressamente renúncia aos benefícios de ordem, novação, direitos e facultades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838, 839 e 844, § 1º do Código Civil, e nos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105 de 16/03/2015, conforme alterada ("Código Civil") sub-rogando-se pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas. **2.** Em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas descritas na Escritura de Emissão, a Companhia, poderá constituir, de forma a liberar parte da garantia de cessão fiduciária constituída sobre o CDB nos termos da Escritura de Emissão, por meio de instrumentos próprios e diretamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, alienação fiduciária, nos termos da Lei nº 9.514, de 20/11/1997 e demais normas aplicáveis, sobre alguns imóveis rurais de sua propriedade registrados nas matrículas nº 2.340, 15.287, 17.727, 120, 1.083, 5.831, 111, 119, 8.799, 121, 988 e 3.860 (os "Imóveis"), conforme também descritos no Anexo III da Escritura de Emissão, por meio da celebração dos instrumentos particulares de alienação fiduciária de imóveis a serem celebrados essencialmente na forma do Anexo IV à Escritura de Emissão (sendo todos os contratos de alienação fiduciária de imóveis celebrados em garantia das Obrigações Garantidas, em conjunto, os "Contratos de Alienação Fiduciária"), e esses, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia". Deverá ser celebrado um Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis apartado para cada um dos Oficiais de Registros de Imóveis (conforme definido nos respectivos Contratos de Alienação Fiduciária) em que as matrículas dos Imóveis estejam registradas (como um todo, a "Alienação Fiduciária de Imóveis"). A celebração de cada um dos Contratos de Alienação Fiduciária em forma substancialmente igual aquela apresentada no Anexo IV não dependerá de aprovação pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas e estará condicionada às hipóteses descritas na Escritura de Emissão. **3.** Aprovar a realização, pela Companhia, representada por seus diretores e/ou procuradores, da prática de todos e quaisquer atos necessários à consecução da Emissão das Debêntures, incluindo a constituição da Fiança e da Alienação Fiduciária de Imóveis, a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, do Contrato de Cessão Fiduciária e dos Contratos de Alienação Fiduciária, bem como seus eventuais aditamentos. **4.** Aprovar a autorização à Diretoria da Companhia, diretamente ou por meio de procuradores legalmente constituídos, para praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação, formalização e consecução da Emissão das Debêntures, e da outorga da Fiança, e, oportunamente, da Alienação Fiduciária de Imóveis, incluindo autorização para discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures, e das Garantias, celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, inclusive contratar os prestadores de serviços para a Emissão e para a Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos, conforme aplicável. **5.** Aprovar, conforme previsto no item (vi) da ordem do dia, a ratificação de todos os atos praticados até a presente data para fins de implementação da Emissão das Debêntures e das Garantias, incluindo, mas não se limitando, à outorga de poderes para procuradores da Companhia e à contratação de prestadores de serviços da Oferta. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Nova Europa, 18/03/2024. Mesa: **Roberto Malzoni Filho** – Presidente; **Maria Malzoni Romanach** – Secretária. Acionistas: **p/ Zanziagro Participações S.A.** Roberto Malzoni Filho; **p/ HLTM Participações S.A.** Maria Malzoni Romanach; **p/ JRHM Participações S.A.** Eduardo Ferraz Malzoni; **p/ AEFEME Participações S.A.** Anita Ferraz Malzoni; **p/ Cento e Três Participações S.A.** Fernando Luiz de Mattos Oliveira; **p/ Cento e Três Participações S.A.** Natália Malzoni Mattos Oliveira. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 124.947/24-4 em 21/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

AT&B Participações Societárias S.A.

CNPJ nº 39.614.927/0001-57

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2022 (Valores em Reais)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS			
ATIVO	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2022
Ativo	1.282.869,42D	Emprestimos e financiamentos	35.501,31C
Circulante	738.063,19D	Adiantamentos diversos	35.501,31C
Caixa e equivalentes de caixa	941,09D	Adiantamentos recebidos	711.121,78C
Aplicações financeiras	941,09D	Adiantamentos de acionistas	711.121,78C
Bco Santander - aplicações financeiras	944,10D	Patrimônio líquido	536.246,33C
Bco Santander - renda a apropriar	3,01C	Capital social	160.000,00C
Outros créditos	737.122,10D	Capital social	160.000,00C
Outros créditos	737.122,10D	Reservas	32.000,00C
Lrrf sobre aplic financeiras	0,32D	Reservas	32.000,00C
Adiantamento a acionistas	737.121,78D	Reserva legal	32.000,00C
Realizável a longo prazo	544.806,23D	Reservas de lucros	344.246,33C
Investimentos	544.806,23D	Reserva de lucros	344.246,33C
Participações societárias	544.806,23D	Lucros acumulados exercícios anteriores	348.365,11C
Participações societárias	544.806,23D	Lucros acumulados do exercício	698.823,30C
Total do ativo	1.282.869,42D	Prejuízos acumulados do exercício	3.541,95D
PASSIVO	31/12/2022	Distribuição de resultados	699.400,13D
Passivo	1.282.869,42C	Total do passivo e patrimônio	1.282.869,42C
Circulante	746.623,09C		
Circulante	746.623,09C		

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31/12/2022 conforme documentação apresentada. **Pedro Silva Issa**, Administrador; **José Macedo Reis**, CRC: 1SP088744/0-2.

AT&B Participações Societárias S.A.

CNPJ nº 39.614.927/0001-57

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2021 (Valores em Reais)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS			
ATIVO	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2021
Ativo	821.432,33D	Circulante	281.067,22C
Circulante	276.626,10D	Emprestimos e financiamentos	30.541,31C
Caixa e equivalentes de caixa	100,01D	Adiantamentos diversos	30.541,31C
Aplicações financeiras	100,01D	Adiantamentos recebidos	250.525,91C
Bco Santander - aplicações financeiras	100,09D	Adiantamentos de acionistas	250.525,91C
Bco Santander - renda a apropriar	0,08C	Patrimônio líquido	540.365,11C
Outros créditos	276.526,09D	Capital social	160.000,00C
Outros créditos	276.526,09D	Capital social	160.000,00C
Lrrf sobre aplic financeiras	0,18D	Capital social	160.000,00C
Adiantamento a acionistas	276.525,91D	Reservas	32.000,00C
Realizável a longo prazo	544.806,23D	Reservas	32.000,00C
Investimentos	544.806,23D	Reserva legal	32.000,00C
Participações societárias	544.806,23D	Reservas de lucros	348.365,11C
Participações societárias	544.806,23D	Reserva de lucros	348.365,11C
Total do ativo	821.432,33D	Resultados de exercícios anteriores	147.531,57C
PASSIVO	31/12/2021	Lucros (prejuízos) do exercício	2.683.738,43C
Passivo	821.432,33C	Distribuição de resultados	2.482.904,89D
Circulante	281.067,22C	Total do passivo e PL	821.432,33C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31/12/2021 conforme documentação apresentada. **Pedro Silva Issa**, Administrador; **T&R Contabilidade e Consultoria** - CRC: 2SP033779/0-4

Brassinter S.A. Indústria e Comércio

BRASSINTER 70 anos | CNPJ nº 56.994.460/0001-37 | **Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S.A. Indústria e Comércio** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia **17/04/2024** as 10h na sede social da companhia, Avenida Das Nações Unidas, 21.344, SP/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **1º)** Relatório da Administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2023; **2º)** Eleição da Diretoria; **3º)** Fixação de honorários da Diretoria; **4º)** Demais assuntos de interesse da Companhia. Achar-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2023. São Paulo, 26 de março de 2024. Ary Frederico Torres Neto - Diretor Superintendente (26, 27 e 28/03/2024)

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
datamercantil.com.br

REC Guarulhos S.A.

CNPJ/ME nº 08.730.884/0001-41 – NIRE 35.300.340.680

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2023

Aos 25/04/2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia, com a presença de acionistas representando 100% do capital social, dispensando a convocação. **Mesa:** Presidente: Dani Abjeszyc; e Secretário: Rômulo Otoni Andrade. **Deliberações por unanimidade:** (i) em AGO, as demonstrações financeiras da Companhia e as contas da administração relativas ao exercício social findo em 31/12/2022. (ii) o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2022, no valor de R\$23.463.818,02. (iii) a reeleição dos seguintes Diretores da Companhia, para os seguintes cargos (a) **Mauro Oliveira Dias**, CPF/MF nº 820.424.547-53, para o cargo de **Diretor Presidente**; (b) **Ricardo Gianotti Antoneli**, CPF/MF nº 302.930.948-70, para o cargo de **Diretor sem designação específica**; (c) **Cleber Saccoman**, CPF/MF nº 177.408.698-05, para o cargo de **Diretor sem designação específica**; (d) **Rômulo Otoni Andrade**, CPF/MF nº 042.037.147-88; (e) **Dani Abjeszyc**, CPF/MF nº 250.951.278-14, para o cargo de **Diretor Financeiro**; (f) **Mariana Ester Tonelli Ventura Milintzky**, CPF/MF nº 219.821.388-58, para o cargo de **Diretora sem designação específica**; e (g) **Rafael Hessel Bruce**, cujo mandato deverá vigorar pelo prazo de dois anos, iniciando seus efeitos a partir da presente data. (iv) a eleição do **André Tagliassachi Gavazza**, CPF/ME nº 303.398.138-06, para o cargo de **Diretor sem designação específica**, cujo mandato deverá vigorar pelo prazo de dois anos, iniciando seus efeitos a partir de 01/05/2023. (iii) em AGE. Em decorrência da deliberação acima, o Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, passará a vigor com a seguinte nova redação: **"Artigo 14.** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por, no mínimo, 2 e, no máximo, 8 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela assembleia geral. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, outro, o Diretor Financeiro, e os demais não terão designação específica." A consolidação do estatuto social da Companhia. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Dani Abjeszyc – Presidente; Rômulo Otoni Andrade – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.242/23-9 em 25/07/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral

Negócios

Casas Bahia registra prejuízo de R\$ 1 bilhão no 4º trimestre de 2023



A Casas Bahia registrou prejuízo líquido de R\$ 1 bilhão no quarto trimestre de 2023, segundo resultados financeiros divulgados na segunda-feira (25). O montante é seis vezes superior ao resultado negativo de R\$ 163 milhões para o mesmo período em 2022.

A receita líquida da empresa no período foi de R\$ 7,4 bilhões, uma queda de 11,8% em relação ao quarto trimestre do ano anterior.

Já no acumulado para o ano passado, a companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 2,6 bilhões. A receita líquida no ano foi de R\$ 28,8 bilhões, 4% menor que a de 2022, quando a empresa teve prejuízo líquido de R\$ 324 milhões.

Na apresentação dos resultados, a empresa afirma que reduziu o número de funcionários em 8.600 entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023. Houve também redução de 42% no número de cargos de alta liderança.

A Casas Bahia ainda afirmou que fechou 55 lojas no período, sendo 17 no quarto trimestre do ano passado. Já os estoques foram reduzidos em R\$ 1,2 bilhão. Na divisão por canais, a empresa registrou quedas de 12,4% nas receitas brutas de lojas físicas, e 20,8% nas das virtuais.

Fundada em 1952 em São Caetano do Sul, no ABC paulista, pelo imigrante polonês Samuel Klein, a empresa decidiu no ano passado voltar às suas origens na tentativa de

superar a crise financeira que atravessa.

“Nós estávamos gastando muito para sermos generalistas, tentando atrair clientes de outras categorias, como uísque, sendo que o nosso cliente de móveis e eletro já é muito fiel”, disse à Folha de S.Paulo em setembro Renato Franklin, presidente do grupo Casas Bahia.

A Casas Bahia decidiu voltar a comprar e vender apenas móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Várias outras itens que estavam presentes no site da companhia --como artigos para festa, decoração, perfumaria e cosméticos, pet shop, alimentos e bebidas-- deixaram de ser comprados e vendidos pela empresa.

BYD expande lucro líquido no 4º trimestre de 2023 e ultrapassa Tesla como maior vendedora de EV

A BYD expandiu seu lucro líquido em 19% no quarto trimestre de 2023, para 8,67 bilhões de yuans (US\$ 1,20 bilhão), em relação a igual período do ano anterior. Já a receita da fabricante chinesa de veículos elétricos (EVs, na sigla em inglês) avançou 15% no confronto anual, a 180,04 bilhões de yuans (US\$ 24,9 bilhões), enquanto o volume de vendas saltou 38%.

Conhecida por seus carros econômicos, a BYD vendeu mais de 526 mil veículos totalmente elétricos entre outubro e dezembro de 2023, superando a Tesla pela primeira vez como a maior vendedora de EVs do mundo, em uma base trimestral.

Apesar disso, o lucro líquido da BYD caiu no quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2023,

quando lucrou 10,41 bilhões de yuans, refletindo a intensificação da competição no mercado chinês e a desaceleração das vendas. Em 2024, as vendas caíram 6,1% até fevereiro, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

No entanto, a BYD afirmou que espera “continuidade do forte crescimento do mercado de veículos elétricos em 2024” e que pretende melhorar a estratégia de multimarcas, acelerando sua expansão global.

No ano completo de 2023, a BYD teve salto de 81% no lucro líquido, a 30,04 bilhões de yuans (US\$ 4,2 bilhões), e o volume de vendas aumentou 62%, para um recorde de 3 milhões de veículos. Já as exportações da fabricante chinesa subiram acentuadamente para 242 mil unidades no ano passado.

IstoéDinheiro



Folhapress

Remédios devem ter reajuste de 4,5% a partir de 1º de abril



Os medicamentos devem ter reajuste de 4,5% neste ano, estimativa do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), que representa a indústria farmacêutica.

O aumento costuma ser publicado no último dia útil de março, mas em virtude do feriado da Semana Santa existe a possibilidade de o anúncio ser feito até quinta-feira (28).

O aumento entra em vigor a partir de 1º de abril, após a oficialização do ajuste pela Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos).

O aumento é anual e leva em consideração um cálculo

que considera a inflação no período medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que ficou em 4,5% em fevereiro no acumulado dos últimos 12 meses.

Os outros índices usados na conta da indústria farmacêutica, como produtividade do setor, custos de produção não captados pelo IPCA e promoção de concorrência, foram estabelecidos como zero pela Cmed, em resolução anunciada em fevereiro.

Em 2024, não haverá distinção de aumento em três faixas como já ocorreu em anos anteriores, indicando medicamentos por meio da competitividade do mercado, se mais competitivo, modera-

damente concentrado ou muito competitivo.

Embora seja autorizado a ser praticado a partir de 1º de abril, o reajuste não é imediato, já que depende de cada farmácia e da própria indústria farmacêutica.

Em termos numéricos, o aumento é o menor desde que teve início a pandemia de Covid-19, em março de 2020. Naquele ano, o reajuste foi de 4,08%, mas ainda não havia sido impactado pela pandemia.

Depois disso, foram dois anos seguidos de alta, chegando a atingir 10,89% em 2022, maior patamar desde 2016. No ano passado, o reajuste foi menor e caiu para 5,6%.

Fernando Narazaki/Folhapress